

Integração das instituições
de
Educação Infantil
aos sistemas de ensino:

um estudo de caso
de cinco municípios
que assumiram desafios
e realizaram conquistas



Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



Presidente da República
Fernando Henrique Cardoso

Ministro da Educação
Paulo Renato Souza

Secretária Executiva
Maria Helena Guimarães de Castro



Integração das instituições
de
Educação Infantil
aos sistemas de ensino:

um estudo de caso
de cinco municípios
que assumiram desafios
e realizaram conquistas



Secretária de Educação Fundamental

Iara Glória Areias Prado

Chefe de Gabinete da Secretaria de Educação Fundamental

Maria Auxiliadora Albergaria Pereira

Diretora de Política da Educação Fundamental

Maria Amábilé Mansutti

Coordenadora Geral de Educação Infantil

Stela Maris Lagos Oliveira

Elaboração

Vitória Líbia Barreto de Faria

Márcia Pacheco Tetzner Laiz

Colaboração

Secretários de Educação e equipes técnicas de Educação Infantil das Secretarias Municipais de Educação dos municípios de Itajaí/SC, Corumbá/MS, Martinho Campos/MG, Manaus/AM e Maracanaú/CE.

Fotos

Vitória Líbia Barreto de Faria

Coordenação de produção

Maria Ieda Costa Diniz

Projeto gráfico

André Said e Wilton Oliveira

B823i Brasil. Ministério da Educação.
Integração das instituições de educação infantil aos
sistemas de ensino : um estudo de caso de cinco municípios
que assumiram desafios e realizaram conquistas /
Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília :
MEC/SEF, 2002.
94 p. : il.

1. Educação Infantil. 2. Políticas Públicas em Educação.
I. Título. II. Secretaria de Educação Fundamental.

CDU 373.2

Aos gestores municipais e aos conselheiros e técnicos educacionais dos municípios

É com grande satisfação que entregamos o documento: “Integração das Instituições de Educação Infantil aos Sistemas de Ensino: um estudo de caso de cinco municípios que aceitaram desafios e realizaram conquistas”, com objetivo de subsidiar as secretarias e conselhos para que possam efetivar a integração das creches aos sistemas municipais de ensino, realizando um atendimento de qualidade às crianças brasileiras de zero a seis anos de idade.

Neste documento, são relatados e analisados os processos de implementação de políticas de educação infantil vivenciados por cinco municípios do país: Itajaí/SC, Corumbá/MS, Manaus/AM, Martinho Campos/MG e Maracanaú/CE.

Reconhecemos que, integrar aos sistemas de ensino instituições que historicamente eram vistas como de amparo a assistência, aos sistemas municipais de ensino, conferindo-lhes um caráter educacional, não tem sido fácil para as Prefeituras. Tal decisão não envolve apenas aspectos burocráticos mas questões vinculadas à qualidade do atendimento com diversas implicações para o município tais como: criação do Sistema Municipal de Ensino; definição de normas para o funcionamento da educação infantil; formação inicial e continuada dos professores e sua profissionalização; elaboração de Propostas Pedagógicas das instituições; criação de espaços físicos e a aquisição de recursos materiais para o atendimento às crianças de 0 a 6 anos, entre outros.

A despeito das dificuldades enfrentadas para tal integração os municípios que fazem parte desta amostra, conseguiram encontrar algumas soluções, para as questões que entravam este processo, consideradas inovadoras e que podem servir como referência para os demais.

O objetivo primordial desta publicação é divulgar estas experiências bem como suscitar discussões e debates, no âmbito municipal, sobre as questões que entravam este processo, fornecendo elementos para a reflexão e busca de soluções com vistas a um atendimento de qualidade às crianças brasileiras em creches e pré-escolas.

Esperamos que os esforços da Secretaria de Educação Fundamental, por meio da Coordenação Geral de Educação Infantil, no sentido de identificar e divulgar essas experiências, possam enriquecer as discussões e debates em torno da definição de políticas municipais de educação infantil, cada vez mais comprometidas com os direitos das crianças e de suas famílias.

Iara Glória Areias Prado
Secretaria de Educação Fundamental



Sumário

I PARTE - Introdução.....	7
II PARTE - Relatos de experiências dos municípios.....	17
Itajaí, o porto dos encantos, investe nos espaços físicos para melhor atender a infância.....	18
Corumbá, a capital do pantanal, aposta na gestão democrática do ensino público.....	28
Educação infantil em Maracanaú: uma experiência de parceria com a comunidade.....	36
Martinho Campos: na singeleza de um pequeno município, o germe de um projeto audacioso - o sistema regional de ensino.....	43
Manaus: no encontro das águas, o encontro das culturas num movimento transdisciplinar.....	50
III PARTE - Análise dos aspectos significativos dos relatos de experiência dos municípios.....	57
1. Criação do Sistema Municipal de Educação, Conselho, Secretaria de Educação e regulamentação da educação infantil.....	58
2. Formação inicial e continuada.....	67
3. Profissionalização dos professores: elaboração do plano de carreira com inclusão dos professores de educação infantil.....	69
4. Elaboração da proposta pedagógica e do regimento interno das instituições de educação infantil.....	71
5. Desenvolvimento da proposta pedagógica, com ênfase na qualidade das ações educativas dos envolvidos, junto às crianças de 0 a 6 anos.....	73
6. Criação de espaços e recursos materiais próprios para o atendimento às crianças de 0 a 6 anos.....	76
7. Integração de políticas municipais e parcerias.....	79
IV PARTE - Considerações finais.....	81
V PARTE - Referências Bibliográficas.....	85
ANEXO.....	89
1. Questionário.....	90

||
—

||
—

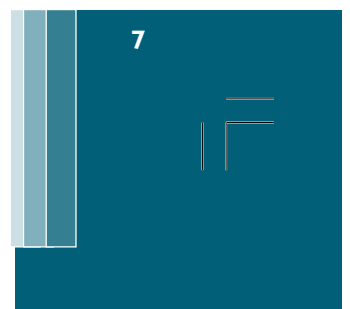
—
||

—
||



I PARTE

Introdução







Introdução


O atendimento à criança de zero a seis anos, no Brasil, existe há mais de 100 anos. No entanto, apenas recentemente, vem sendo reconhecido o caráter educacional dos serviços oferecidos às crianças de 0 a 3 anos e suas famílias. O reconhecimento legal do dever do Estado e do direito da criança a ser atendida em creches e pré-escolas e a vinculação desse atendimento à área educacional, representam um avanço no que diz respeito à educação da criança dessa faixa etária.

A Constituição Brasileira de 1988, no seu artigo 208, estabelece: “o dever do estado com a educação será efetivado mediante garantia de (...) atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 6 anos”. O fato de a creche e a pré-escola serem incluídas no capítulo da educação evidencia o reconhecimento do caráter educativo dessas instituições.

Em 1990, as conquistas constitucionais são reafirmadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente: “É dever do Estado assegurar (...) atendimento em creches e pré-escolas às crianças de 0 a 6 anos de idade”.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 explicita no seu artigo 29 que a educação infantil é a primeira etapa da educação básica e, no artigo 89 das Disposições Transitórias exige que regulamentações em âmbito nacional, estadual e municipal sejam estabelecidas e cumpridas. Dessa forma, a LDB estabeleceu um prazo até 23/12/1999 para que as creches e pré-escolas fossem integradas aos sistemas de ensino.

Hoje, em 2002, as conquistas na legislação ainda trazem desafios para sua efetivação, na medida em que convivemos com discursos e práticas que evidenciam a perspectiva assistencialista que predominou na trajetória



desse atendimento. Por outro lado, a busca por um trabalho realmente educacional tem tomado como base, na maioria das vezes, o modelo tradicional da escola, predominante no ensino fundamental, que está longe de se adequar às especificidades da criança de 0 a 6 anos.


É importante que fique claro que se integrar ao Sistema de Ensino significa fazer parte deste; seguir suas normas e regulamentações para credenciamento e funcionamento, sem perder suas características históricas e o respeito às suas diversidades culturais; estar sujeito à supervisão, ao acompanhamento, ao controle e à avaliação do Sistema de Ensino. Pertencer ao Sistema Estadual, Municipal ou do Distrito Federal não é uma opção das instituições. Se o município tiver constituído seu Sistema de Ensino todas as instituições de educação infantil deverão vincular-se a ele.

Os preceitos legais acima explicitados rompem com uma história de atendimento institucionalizado à criança, desenvolvido por diferentes áreas, que se configurava como amparo ou assistência e inauguram um novo tempo em que o direito à educação direciona todas as demais ações voltadas para a infância.

Nesse sentido, na definição de políticas municipais, é necessário que as Secretarias de Educação se organizem, tanto no que diz respeito à estrutura, quanto no que se refere ao orçamento, para fazer face às demandas por ampliação do atendimento e melhoria da qualidade dos serviços oferecidos, buscando as articulações necessárias para a construção de uma política municipal de educação infantil.

Em relação aos recursos humanos, a integração representa o reconhecimento de que o profissional de educação infantil é o professor, e, como tal, tem os mesmos direitos dos professores do ensino fundamental: ingresso por meio de concurso público, inclusão no plano de carreira, equidade no que diz respeito a salários e vantagens.

Essa integração representa, ainda, para o município, a construção de novos prédios e a reforma e manutenção dos já existentes. Considerando-se as funções de cuidar e educar crianças de zero a seis anos, é indispensável




que, juntamente com as ações relativas ao espaço físico, haja um investimento nos equipamentos e materiais pedagógicos das instituições.


Entretanto, o aspecto mais importante e, ao mesmo tempo, mais difícil dessa incorporação das instituições aos Sistemas de Ensino é a mudança nas concepções vigentes de criança, professor e de instituições de educação infantil, sem a qual essas transformações não se efetivam.

Ao se transferir as instituições para os Sistemas de Ensino, no entanto, não se pode perder de vista que as ações relacionadas aos cuidados e educação das crianças devem se constituir em políticas articuladas na esfera municipal, envolvendo, além da secretaria de educação, as secretarias e órgãos ligados à saúde, assistência, justiça, trabalho, entre outros, em regime de cooperação com o Estado e a União, mediante aportes técnicos e financeiros. Além disso, o município deve desenvolver suas ações em parceria com a família e com a comunidade, bem como, com os órgãos nacionais e internacionais que atuam no município, desenvolvendo trabalhos ligados à infância.

Sabemos que este processo não tem sido fácil para as Prefeituras, uma vez que não se trata apenas de uma decisão burocrática, mas vinculada à qualidade do atendimento com diversas implicações para o município. Considerando as dificuldades enfrentadas e, na perspectiva de contribuir para que esta integração venha a beneficiar a criança brasileira e suas famílias, a Coordenação Geral de Educação Infantil, elaborou este estudo, tendo como referência as experiências desenvolvidas por cinco municípios brasileiros.

Dessa forma, o documento “Integração das Instituições de Educação Infantil aos Sistemas de Ensino: um estudo de caso de cinco municípios que assumiram desafios e efetuaram conquistas” tem como objetivo destacar as experiências inovadoras e/ou alternativas de integração das creches aos Sistemas de Ensino que possam ser úteis aos demais. É, também, de suma importância que a leitura do documento suscite discussões e debates no âmbito municipal sobre questões que entravam o processo de integração cujas alternativas podem ser buscadas mediante experiências que envolvam a participação da comunidade.





Embora este trabalho possa contribuir com diferentes atores envolvidos nas ações voltadas para a criança, os interlocutores privilegiados desta publicação são os gestores e conselheiros municipais e os técnicos dos sistemas de ensino.

Mais do que relatar as experiências municipais de integração das creches aos sistemas de ensino, o escopo principal deste documento foi o de apresentar aspectos significativos dessas experiências que ensejem outras formas de integração, de acordo com a realidade de cada município.



Metodologia

O ponto de partida para o desenvolvimento deste estudo foi a busca de informações sobre as formas de integração encontradas por alguns municípios, por meio de fontes ali enraizadas. Neste sentido foi consultada a rede de formadores do Programa Parâmetros em Ação do Ministério da Educação.

O caminho percorrido para o desenvolvimento deste estudo não foi linear, comportando idas e vindas, com o intuito de captar as ações educacionais ligadas à educação infantil, desenvolvidas nos municípios a partir de seu contexto sócio-político e cultural. Assim, foram utilizados os seguintes procedimentos:

1. Sondagem feita pela Coedi, junto à rede de formadores do Programa Parâmetros em Ação

Considerando que ninguém melhor do que aqueles que estão cotidianamente desenvolvendo seu trabalho nos municípios, têm um conhecimento mais profundo da realidade social em que as ações educativas são desenvolvidas, buscou-se obter informações junto aos formadores do Programa Parâmetros em Ação para identificar os municípios que possuíam experiências inovadoras ou alternativas de integração das creches aos Sistemas de Ensino.

2. Definição de critérios de análise

Para a elaboração dos questionários (em anexo), procurou-se definir alguns critérios que pudessem ser norteadores para a coleta de dados sobre

os aspectos constituintes do processo de integração. Dessa maneira, partindo do que estabelece a Lei, foram priorizados os seguintes aspectos:

- Criação do Sistema Municipal de Educação, do Conselho Municipal de Educação, regulamentação, credenciamento e autorização de funcionamento das instituições de Educação Infantil.
- Formação inicial e continuada dos professores.
- Profissionalização dos professores: plano de carreira com inclusão dos professores de educação infantil.
- Elaboração de proposta pedagógica e de regimento interno das instituições de educação infantil.
- Desenvolvimento da proposta pedagógica, com ênfase na qualidade das ações educativas levadas a efeito junto às crianças de 0 a 6 anos.
- Criação de espaços e recursos materiais próprios para o atendimento às crianças de 0 a 6 anos.

3. Aplicação de questionários

A partir das informações fornecidas pelos formadores, foram enviados 50 questionários, pelo correio, aos setores de Educação Infantil das Secretarias Municipais de Educação, para serem preenchidos e complementados com documentos relativos à educação infantil no município (Resoluções do Conselho, Diretrizes Curriculares Municipais, Propostas Pedagógicas, entre outros). Desses, apenas 24 foram respondidos e devolvidos.

4. Delimitação do universo a ser analisado

A partir da leitura dos questionários e documentos enviados pelas Secretarias foram selecionados os cinco municípios que fariam parte da amostra.

A escolha dos municípios não se deu a partir de critérios classificatórios, hierárquicos ou avaliativos, mas pela identificação de experiências que apresentassem algum aspecto significativo no processo de integração e que pudessem servir de referência aos demais. Para a delimitação do universo do estudo foram definidos os seguintes critérios:

- a) Representatividade das cinco regiões brasileiras.
- b) Inclusão de municípios de pequeno, médio e grande porte.
- c) Inclusão de pelo menos um município de capital.

Com base nesses critérios foram selecionados os seguintes municípios: Manaus/AM, na Região Norte; Maracanaú/CE, na Região Nordeste; Corumbá/MS, na Região Centro-Oeste; Martinho Campos/MG, na Região Sudeste; Itajaí/SC, na Região Sul.

5. Visitas aos municípios para a coleta de dados

Para complementar as informações, buscou-se contato direto com os municípios onde estavam sendo desenvolvidas as experiências de integração. Para tanto, foram realizadas reuniões com as equipes das Secretarias e dos Conselhos e visitas às instituições de educação infantil para observar o desenvolvimento das práticas educativas, das condições físicas dos prédios, dos equipamentos e materiais pedagógicos utilizados assim como de sua adequação às especificidades da criança.

6. Análise dos dados coletados

Com base nos critérios anteriormente definidos foram destacados os avanços e dificuldades dos municípios no processo de integração e as alternativas e soluções encontradas, quanto aos aspectos conceituais, legais e práticos que possam servir para discussão e referência àqueles municípios que ainda não integraram as instituições de educação infantil aos seus sistemas de ensino.

7. Elaboração do documento final

Para a elaboração do documento final, organizou-se o material coletado e analisado da seguinte maneira:

- 1ª Parte: Introdução e Metodologia
- 2ª Parte: Relato das experiências dos municípios
- 3ª Parte: Análise das experiências
- 4ª Parte: Considerações Finais
- 5ª Parte: Referências Bibliográficas

||
—

||
—

—
||

—
||



II PARTE

Relatos das
experiências dos
municípios



Itajaí, o porto dos encantos, investe nos espaços físicos para melhor atender a infância.

Itajaí é uma cidade portuária de Santa Catarina, localizada na foz do Rio Itajaí-açu, numa planície à beira - mar. É uma cidade moderna com excelente qualidade de vida e boa infra-estrutura.

Seus primeiros habitantes foram os índios guaranis, depois vieram os portugueses em busca de ouro e pedras preciosas. Mais tarde, atraídos pela privilegiada situação geográfica e belezas naturais da região, chegaram os imigrantes açorianos, alemães e italianos que fizeram da cidade a porta de entrada para a colonização do Vale do Itajaí. Hoje, a mesma porta encontra-se aberta para o mundo, possibilitando intercâmbios com diferentes culturas.

Seus 150 000 mil habitantes vivem de uma rica e diversificada, economia, desenvolvendo tanto atividades ligadas à pesca e agropecuária quanto à exploração de petróleo, indústria e comércio.

A administração municipal destina 40% do seu orçamento para a educação, atendendo a toda demanda do Ensino Fundamental.

Quanto à educação infantil, são atendidas 7227 crianças, sendo 4 560 na rede municipal, 293 na rede estadual e 890 na Combemi (Comissão Municipal de Bem Estar do Menor de Itajaí). As demais são atendidas em instituições privadas (particulares, filantrópicas, confessionais e comunitárias). Existem ainda crianças atendidas em espaços não planejados, que ainda não foram autorizados pelo Conselho Municipal de Educação (Comede), o que



impossibilita saber o número exato de matrículas. Essa oferta, longe de atender a todas as crianças na faixa etária de 0 a 6 anos, corresponde a 36% da demanda por creches e pré-escolas.

Nos 31 Centros de Educação Infantil (28 localizados na zona urbana e 3 na zona rural) criados por solicitação das comunidades, atuam 185 professoras, 204 agentes em atividade na educação (atendentes), 31 coordenadores, 30 auxiliares de coordenação e 133 agentes de serviços gerais.

SISTEMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

O Sistema Municipal de Educação foi criado em 15 de dezembro de 1998 (Lei nº 3.352) e é constituído pelas escolas municipais de ensino fundamental, pelas instituições de educação infantil municipais e privadas (particulares, filantrópicas, confessionais e comunitárias), pelo órgão normativo que é o Conselho Municipal e pelo órgão executivo que é a Secretaria de Educação.

Em relação ao atendimento à criança de 0 a 6 anos, esse sistema busca articular os diversos setores dentro da Secretaria de Educação, bem como integrar políticas com as Secretarias da Saúde, Justiça, Criança e Adolescente, e Desenvolvimento Social e estabelecer parcerias com as empresas locais.

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (COMEDE)

O Comede foi criado em 1990, entretanto, com o advento da nova LDB, organizou-se em Santa Catarina um fórum para reestruturação dos Conselhos Municipais de Educação. A partir das deliberações desse Fórum, os Conselhos reviram seus regimentos e sua constituição, incluindo diversas representações da sociedade organizada como Universidade, Secretaria Municipal, Representantes do Conselho de Igrejas e outros.

O Comede, em relação à educação infantil, é responsável pelo credenciamento e autorização de funcionamento das instituições e pelo acompanhamento e supervisão das atividades nelas desenvolvidas. Entretanto, vale destacar que a ação mais efetiva do Conselho direciona-se às instituições

da rede municipal, ficando em descoberto as da rede privada. Esse fato torna-se relevante se considerarmos que, das 7227 crianças atendidas, apenas 4560 são de responsabilidade direta da rede municipal.


Além dessas ações o Comede realiza campanhas educativas e de divulgação de suas atividades, junto à comunidade, como as relativas a esclarecimentos quanto ao credenciamento das instituições, e ao papel do Comede. Para a realização dessas campanhas, são utilizados os diversos meios de comunicação, sobretudo jornal, rádio e televisão.

Os membros do Conselho, indicados por seus pares são os seguintes: 2 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Educação, 1 (um) representante da Secretaria Municipal da Criança e do Adolescente, 1 (um) representante da Fundação Cultural de Itajaí, 2 (dois) membros do magistério público municipal, indicados por seus pares, 2 (dois) representantes da Universidade do Vale do Itajaí, 1 (um) representante das escolas particulares de Educação Infantil, 2 (dois) representantes das Associações de Pais e Professores (APPs) da Rede Municipal de Ensino e 1 (um) representante do Conselho de Igrejas.

O Conselho já organizou a sua Câmara de Educação Infantil que, em 1999, criou a Resolução nº 003 que fixa as normas do Sistema para o credenciamento, a autorização e a fiscalização das instituições. Essas normas foram elaboradas a partir de um amplo processo participativo da sociedade organizada, incluindo os diversos segmentos envolvidos direta ou indiretamente com a educação da criança.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Em 1997, foi criado na Secretaria Municipal de Educação, o Departamento de Educação Infantil, que hoje conta com uma equipe de 8 (oito) pessoas, nas seguintes funções: 1 (um) Diretor de Departamento, 1 (um) Coordenador de Ensino, 1 (um) Chefe de Divisão de Suporte Administrativo, 4 (quatro) supervisores e 1 (um) auxiliar administrativo. Esse Departamento, num primeiro momento, assumiu, como tarefas prioritárias, a realização de



um diagnóstico da situação educacional do município e uma ação efetiva em relação ao atendimento às crianças de 0 a 6 anos que, até então, era feita pela Secretaria de Desenvolvimento Social.

A partir do diagnóstico, foram estabelecidas como principais metas:

1. o desenvolvimento de uma ação educativa nos Centros de Educação Infantil que ainda apresentavam um caráter assistencialista;
2. profissionalização e valorização dos recursos humanos da educação infantil;
3. incentivo a uma maior participação dos pais no processo educativo;
4. ampliação e melhoria dos espaços físicos para atender à demanda.

1. Ação Educativa

Um passo significativo na transformação dos Centros de Educação Infantil em locais de cuidado e educação, foi a elaboração das Diretrizes Curriculares para a Rede Municipal de Educação Infantil de Itajaí. Fundamentadas no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, proposto pelo Ministério da Educação - MEC, essas diretrizes definem, com clareza, as concepções filosóficas que direcionam o trabalho educacional e propõem inovações pedagógicas a serem desenvolvidas na prática cotidiana.

O processo de elaboração desse Documento propiciou a formação em serviço dos educadores, uma vez que exigiu destes uma atualização de conhecimentos, bem como, uma disponibilidade de tempo para investir na sua qualificação. Dando continuidade a esse processo, os professores do município se engajaram no Programa Parâmetros em Ação, implementado pelo Ministério da Educação, constituindo-se em grupos de estudos com vistas ao aprofundamento do Referencial Curricular Nacional.

A equipe técnica da Secretaria, periodicamente, supervisiona as unidades de educação infantil, acompanhando a ação pedagógica desenvolvida e oferecendo subsídios para o aprimoramento da prática.

Embora os Centros, somente agora, estejam iniciando o processo de sistematização de suas propostas pedagógicas com a participação dos

professores e de todo pessoal técnico, observa-se que já existia um trabalho planejado e intencionalmente desenvolvido com as crianças.

No que diz respeito à especificidade desse trabalho, foi possível observar, nas visitas realizadas, que as salas de atividades dispõem de material didático de boa qualidade aos quais as crianças têm acesso para o desenvolvimento de atividades significativas e que despertam sua ação criadora.

Dentre os materiais utilizados, podem-se destacar: espelhos, fantasias, jogos, livros, material de pintura, recorte e modelagem, algumas vezes organizados em cantinhos. Foram observadas, de forma assistemática, atividades envolvendo as múltiplas linguagens da criança: leitura, escrita, artes plásticas, música, dança, jogos, atividades de faz- de- conta. Além disso, pode ser percebida a preocupação com os cuidados e a formação de hábitos em relação à higiene, alimentação, saúde e segurança. Todas essas atividades são desenvolvidas em clima de respeito e afetividade.

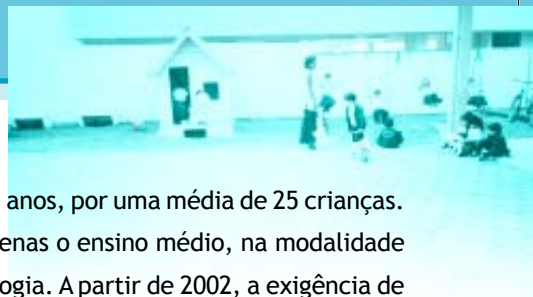
Há uma preocupação por parte da Secretaria Municipal e das coordenações dos Centros em desenvolver um trabalho conjunto de orientação pedagógica e de uso de materiais didáticos atualizados e adequados ao desenvolvimento das atividades com as crianças.

2- Profissionalização e Valorização dos Recursos Humanos

O município já elaborou o Plano de Carreira do Magistério, no qual os professores de educação infantil estão inseridos, e realizou em 2001, concurso público para admissão de pessoal.

Todos os Centros de Educação Infantil contam com um coordenador e um auxiliar de coordenação que juntos desenvolvem o trabalho pedagógico e administrativo, direcionados para o cuidado e a educação das crianças, envolvendo as diversas ações relacionadas à saúde, segurança, higiene, cultura e educação. O cargo de coordenador não está previsto no Plano de Carreira do Magistério, sendo esse profissional indicado pelo Prefeito Municipal.

Em todas as salas de atividades existe um professor e um atendente que, nas turmas de 0 a 1 ano, são responsáveis por 12 crianças; nas turmas de 1



a 2 anos, 16 crianças e, nas turmas de 3 a 6 anos, por uma média de 25 crianças. Os professores que em 2001, possuíam apenas o ensino médio, na modalidade normal, atualmente estão cursando Pedagogia. A partir de 2002, a exigência de escolaridade para o ingresso, através de concurso, foi a formação em Pedagogia, com habilitação em Educação Infantil. Embora os professores de educação infantil desenvolvam atividades similares às dos professores de ensino fundamental, há uma diferenciação salarial entre eles, uma vez que esses últimos, recebem um adicional de 20%, justificado como hora/atividade e planejamento.

Existe ainda a figura do professor contratado, em regime temporário, para substituir eventuais licenças ou faltas dos professores efetivos. Para esses, é exigido que tenham, ou estejam cursando, o nível superior com habilitação em Educação Infantil.

No que se refere aos atendentes, cuja função é auxiliar o professor em todas as atividades, o ingresso no quadro da Prefeitura também se faz através de concurso público e a escolaridade exigida é o nível médio, embora muitos dos que ocupam atualmente essa função, já estejam cursando a Universidade. O regime de trabalho desses profissionais é de 6 horas e recebem um valor aproximado à 50% do salário do professor.

Os serviços gerais de limpeza, cozinha e lavanderia são realizados nos Centros de Educação Infantil pelos agentes de serviços gerais. Além desses profissionais, lotados nas escolas, existe uma equipe da Secretaria que atua junto aos Centros Infantis, composta por nutricionistas, psicólogos e supervisores.

3. Incentivo a uma maior participação dos pais no processo educativo

A Secretaria e as coordenações dos Centros desenvolveram um trabalho, visando uma mudança de concepção dos pais no que diz respeito ao atendimento às crianças, ressaltando o aspecto educativo dessa ação em contraposição à perspectiva assistencialista existente anteriormente.

Como resultado desse trabalho, o que se verifica hoje é que a comunidade tornou-se muito mais exigente, chegando a explicitar, em alguns momentos, o desejo de que seus filhos se desenvolvam em sua plenitude.

Além disso, houve um envolvimento efetivo dos pais nas atividades dos Centros, tanto nas reuniões quanto em mutirões, campanhas e outras formas de cooperação. Alguns exemplos desse trabalho cooperativo com os pais são as coletas seletivas de lixo, com o objetivo de desenvolver um trabalho pautado na Educação Ambiental. Outro exemplo é o desenvolvimento de tarefas pelos pais como jardinagem, pintura, conserto e recuperação de brinquedos, com vistas à melhoria das condições físicas dos Centros.

A equipe pedagógica busca também formas criativas de comunicação com as famílias, visando sua integração e participação nas atividades que desenvolve. Algumas merecem destaque: exposição de trabalhos elaborados pelas crianças em murais, na entrada de alguns Centros e, em outros, os murais são utilizados para apresentação de planilhas de prestação de contas dos gastos efetuados e outras informações de interesse da comunidade.

4. Ampliação e melhoria dos espaços físicos para atender à demanda

O diagnóstico realizado pela Secretaria em 1998, identificou, como problemas cruciais da rede escolar, o reduzido número de creches e pré-escolas para o atendimento à demanda e a inadequação dos espaços físicos existentes.

Algumas das soluções encontradas foram a alocação de novas casas e reformas nos prédios já existentes, buscando adequá-los ao trabalho educacional com as crianças de 0 a 6 anos. Foram construídos mais 10 Centros - totalizando 31. Os projetos das novas construções foram feitos pelos arquitetos com a participação da equipe técnica da Secretaria.

Mesmo com a ampliação e melhoria dos espaços físicos, o município atende a aproximadamente 36% da demanda, o que exige a definição de critérios para matrícula. Estes critérios, determinam que terão prioridade de atendimento, as crianças cujas mães trabalham fora e aquelas pertencentes às famílias de baixa renda. É importante destacar que as crianças permanecem na instituição, ao longo de todo o ano, mesmo quando as mães perdem o emprego ou aumentam sua renda familiar.

A maioria dos Centros de Educação Infantil apresenta condições adequadas de funcionamento no que diz respeito aos espaços interno e externo, de uso das crianças, para o desenvolvimento de atividades, apresentando boa iluminação, ventilação, higiene, mobiliário e equipamentos adequados. De uma maneira geral, possuem salas de atividades com banheiros e/ou fraldários anexos, nas quais as crianças são organizadas por faixa etária. Além dessas, existem outras dependências: refeitório, cozinha, dispensa, sala da coordenação e dos professores e, em alguns Centros, há ainda um pátio coberto. Na área externa, todas as instituições possuem parques com brinquedos apropriados às crianças de 0 a 6 anos e, em muitos, há também um tanque de areia e uma casinha para brincadeiras de faz-de-conta.

Quanto ao financiamento, a educação infantil funciona com recursos próprios da Prefeitura, da Secretaria do Desenvolvimento Social e da Família convênios firmados com empresas locais.



INTEGRAÇÃO DE POLÍTICAS MUNICIPAIS E PARCERIAS

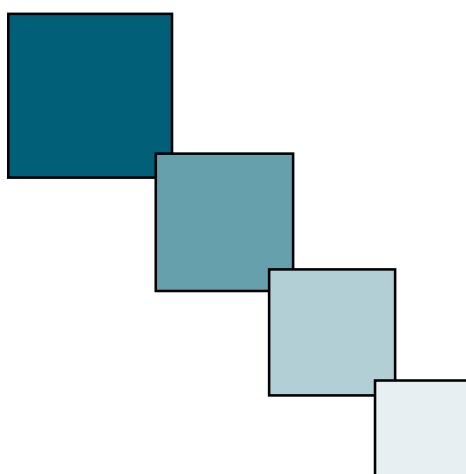
Visando um atendimento de qualidade às crianças do município e a otimização dos recursos financeiros, materiais e humanos existentes, a Secretaria Municipal de Educação vem conjugando ações com as demais Secretarias e estabelecendo parcerias com outros órgãos e instituições. Alguns exemplos dessas articulações são:

- com a Secretaria de Saúde, através dos postos localizados próximos às instituições e com as policlínicas municipais, visando tanto o atendimento de emergência quanto a prevenção e o diagnóstico de algumas doenças por meio do Programa Bolsa Alimentação;
- com o Centro Municipal de Educação Especial de Itajaí- CEMESPI - cuja equipe de profissionais atende crianças portadoras de necessidades educativas especiais, visando sua inclusão nas turmas de ensino regular;
- com as secretarias da Criança e do Adolescente e do Desenvolvimento Social, mediante programas de atenção à criança e a família: Programa Sentinela que combate a violência e a exploração sexual infanto - juvenil;
- com o Conselho Tutelar para encaminhamentos de casos emergenciais como violência familiar e abandono;
- com o MEC, por meio do Programa Parâmetros em Ação, destinado à formação continuada de professores de educação infantil e de outros segmentos;
- com a universidade que, por meio de estágios e programas de extensão, disponibiliza os alunos, sobretudo os dos últimos anos, dos cursos de medicina, odontologia, psicologia, pedagogia e fonoaudiologia para prestar atendimento às crianças que freqüentam os Centros;
- com empresas do município que garantem vagas com o pagamento de berços para os filhos de suas funcionárias.

Além dessas parcerias, a Secretaria, por intermédio do Departamento de Educação Infantil, promove fóruns anuais, reunindo professores de Itajaí e de municípios vizinhos com o objetivo de discutir questões relevantes da educação infantil e atualizar os conhecimentos e práticas nessa área.

AVANÇOS

- Considerável melhoria dos espaços físicos.
- Estabelecimento de parcerias, principalmente, na área de saúde, atendendo às reivindicações da comunidade.
- Participação efetiva dos pais.
- Programa Municipal para a Educação Infantil (Diretrizes Curriculares para a rede municipal de Educação Infantil).
- Elaboração e desenvolvimento dos Projetos Educativos nas unidades de Educação Infantil da rede municipal.



Corumbá, a capital do pantanal, aposta na gestão democrática do ensino público.

Situada às margens do Rio Paraguai, no Pantanal Matogrossense, a região possui a mais bela fauna do mundo, composta por animais selvagens, pássaros e peixes de infinitas espécies. Completando as belezas da região, a flora pantaneira, oferece aos moradores e visitantes uma diversidade de flores, palmeiras e árvores que fazem da região um atrativo de ecoturismo para pessoas de todo o mundo.

A fundação de Corumbá no século XVIII foi uma estratégia militar da Coroa Portuguesa para impedir o avanço dos espanhóis em busca do ouro na desguarnecida fronteira brasileira. Durante a Guerra do Paraguai, Corumbá foi ocupada e destruída pelas tropas de Solano Lopes. Depois da Guerra, a abertura dos portos e o comércio internacional foram fatores determinantes para a ocupação da fronteira oeste brasileira.

Os rios Paraguai, Paraná e da Prata, até a década de 50, eram o único meio de comunicação com o mundo. A partir daí, a história da economia local se transformou com a construção de estradas de ferro, rodovias e, mais recentemente, por meio de vias aéreas.

Atualmente, Corumbá, a capital do Pantanal como é conhecida, tem uma população de 100.000 habitantes e é a terceira cidade, em importância econômica, do Mato Grosso do Sul. Os setores que mais crescem

são a indústria, sobretudo a de minério, que


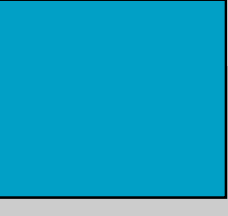
abastece o País com ferro, cimento e

calcário; o comércio, em geral, que

além de abastecer os municípios

vizinhos, atende as cidades





bolivianas com as quais faz fronteira. Além disso, essa região possui grandes fazendas de gado e um ativo setor pesqueiro que, além de atender as necessidades da população local, comercializa o produto.

O município tem realizado grandes conquistas no setor educacional, investindo na universalização do ensino fundamental, na formação dos professores e na qualidade da educação infantil, atendendo 45% da demanda por creches e pré-escolas.

SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO

Em 1998, foi criado o Sistema Municipal de Ensino de Corumbá com o objetivo de desenvolver a gestão democrática do ensino público do município. Esse Sistema é constituído pelos seguintes órgãos e entidades: Secretaria Municipal de Educação, Conselho Municipal de Educação, em funcionamento desde 1997, Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério - Fundef, a rede municipal e a particular de ensino.

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

O Conselho Municipal de Educação de Corumbá/MS foi criado em 1987, em função da necessidade de autonomia do município na área educacional. Até então o município era regido pelas normas do Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul.

Após a sua criação, por dificuldades políticas na nomeação de conselheiros, o Conselho ficou desativado até 1997 quando foi constituído por 9 membros, representando: Prefeitura, Secretaria, Sindicato de Professores, das escolas particulares e dos trabalhadores, APMs, Organizações Não-Governamentais e docentes da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Há previsão de reformulações na composição do Conselho, visando ampliar a sua representatividade.

Em 1999, a educação infantil do município foi regulamentada por meio da deliberação 012/99 do Conselho Municipal de Educação. Essa

deliberação destaca as funções do “cuidar e educar”, próprias da ação pedagógica na educação infantil, facultando o trabalho em período parcial ou integral. Destaca, também, o direito das crianças com necessidades educativas especiais de serem atendidas na rede regular de creches e pré-escolas.

Em relação a educação infantil, a ação mais significativa do Conselho se refere ao credenciamento, autorização de funcionamento e ratificação de autorização das instituições.


Todas as instituições de educação infantil do município estão credenciadas pelo Conselho. Para que as instituições obtenham autorização de funcionamento, é necessário dar entrada em um processo que, após apreciação do Conselho e relatório de visita de inspeção pela equipe técnica da Secretaria, é submetido à análise do Conselho. Essa autorização é ratificada a cada três anos, seguindo o mesmo processo.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Em 1999, foi criado o Núcleo de Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação, hoje, com uma equipe de 3 pessoas. O Núcleo de Educação Infantil, com o apoio do Conselho Municipal de Educação busca a melhoria da qualidade do processo educativo e acompanha o trabalho nas instituições, com ênfase nas seguintes atividades:

- participação nos projetos de formação continuada dos professores e diretores;
- orientação, acompanhamento, capacitação e implementação dos colegiados e APMs;
- implementação e acompanhamento de projetos desenvolvidos nas instituições da zona rural e urbana;
- inclusão de crianças com necessidades educativas especiais.

Das 2.940 crianças de 0 a 6 anos, atendidas nos 2 Centros de Educação Infantil, nas 5 Creches e nas classes que funcionam nas Escolas de Ensino Fundamental (rural e urbana) pela rede municipal de Corumbá, 2.340 encontram-se na faixa etária de 4 a 6 anos, e apenas 600 crianças na



de 0 a 3 anos. Os profissionais da educação infantil são: na creche, 40 professoras, 50 atendentes e 40 auxiliares de serviços diversos e na pré-escola, 90 professoras.

Além dessas instituições pertencentes à rede municipal de educação existem, ainda, 1 creche filantrópica com apoio pedagógico da Secretaria e professores pagos pela Prefeitura e 5 creches particulares com fins lucrativos.

O trabalho pedagógico desenvolvido pela Secretaria, prioriza dois aspectos: a qualidade da educação oferecida em creches e pré-escolas e a gestão democrática do ensino público do município.

1. Qualidade da educação oferecida em creches e pré-escolas

A Secretaria Municipal de Educação de Corumbá priorizou a qualidade do atendimento na rede municipal ao invés da universalização em condições precárias. A importância da opção pela qualidade pode ser percebida por meio de alguns indicadores: investimento na formação inicial e continuada dos professores; elaboração das propostas pedagógicas nas instituições; avaliação sistemática das crianças com o conhecimento dos pais; acompanhamento do trabalho pedagógico das instituições pela equipe da Secretaria.

No que se refere às propostas pedagógicas das instituições, estas foram elaboradas com a participação dos professores que nelas atuam com o acompanhamento pedagógico do Núcleo de Educação Infantil da Secretaria e de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil e com os Referencial Curricular Nacional. Considerando que uma proposta pedagógica é sempre provisória, algumas instituições estão reelaborando suas proposições.

As propostas pedagógicas das instituições se fundamentam numa concepção de criança como pessoa em processo de crescimento, como sujeito ativo, social e histórico, participativo e dinâmico que age e interage com o seu meio. Na deliberação do Conselho Municipal, são fornecidas algumas orientações sobre os conteúdos necessários em uma proposta pedagógica.




As orientações fornecidas pelo Conselho para a avaliação do trabalho nos Centros de Educação Infantil definem que esta deve ser feita “mediante acompanha-

mento, registro do desenvolvimento da criança nunca visando promoção mesmo em se tratando de acesso ao ensino fundamental”. Com base nessas orientações e, com a participação dos professores, a equipe da Secretaria criou um sistema de avaliação constituído por fichas de acompanhamento das crianças, por faixa etária, focando aspectos do desenvolvimento infantil e envolvendo as necessidades de cuidado e educação das crianças de 0 a 6 anos. Essa avaliação é realizada bimestralmente pelos professores e, enviada aos pais para que conheçam e opinem sobre o processo de desenvolvimento/aprendizagem de seus filhos.

Tanto a prática pedagógica, desenvolvida no cotidiano das instituições, quanto o nível de elaboração necessário à formulação de uma proposta pedagógica e o amplo conhecimento da criança, em todos os seus aspectos, bem como, o acompanhamento do trabalho nas diversas áreas do desenvolvimento e do conhecimento, exigem do professor uma sólida formação inicial e continuada.

A Secretaria Municipal de Educação, ciente dessa realidade e de sua complexidade, exige do professor que ingressa no sistema para atuar na faixa etária de 0 a 3 anos uma formação mais elevada do que a do professor que atua em outros níveis de ensino. Dessa forma, todos os professores de creches possuem curso de nível superior - licenciatura plena, em pedagogia ou em psicologia. Além disso, em cada creche, existe, no mínimo, 2 pedagogos e 1 psicólogo. Para aqueles que atuam com crianças de 4 a 6 anos, é exigida a formação mínima de ensino médio, Magistério. Cerca de 20% desses professores, estão cursando Pedagogia por meio de uma parceria da Secretaria com a



Universidade Federal de Aquidauana. Esse curso é feito mediante módulos, desenvolvidos nos meses de janeiro, julho e outubro. O ingresso na rede municipal é feito por meio de concurso público, sendo que o último foi realizado em 1998.

No que diz respeito à formação continuada, o município participa dos Programas do Ministério da Educação: Parâmetros em Ação e do Programa de Formação dos Professores Alfabetizadores (Profa). Além disso, a Secretaria realiza outros momentos de formação, envolvendo grupos de estudos e cursos. As normas do Conselho Municipal determinam que, a cada três anos, os professores de educação infantil participem de, no mínimo, 200 horas de formação.

Também foi instituído pela Secretaria um espaço de formação permanente dos educadores, chamado “Sala Pedagógica”. Lá são realizados momentos de assessoramento promovidos pelo Núcleo de Educação Infantil, previstos no calendário, plantões pedagógicos e gravação de programas educativos, empréstimo de livros e fitas, entre outras atividades.

Os espaços físicos utilizados por creches e pré-escolas são adequados ao desenvolvimento das atividades com crianças na faixa etária de 0 a 6 anos. Todos com salas amplas, arejadas, refeitórios, áreas externas com parques infantis. Vale ressaltar os cuidados com a conservação e manutenção dos espaços físicos utilizados. Gradativamente, estão sendo implantadas brinquedotecas nas instituições da zona rural e da zona urbana.

Para o desenvolvimento das ações pedagógicas, as fontes de financiamento utilizadas pela Secretaria são oriundas de recursos do fundo municipal e de convênios firmados com o Governo Federal.

2. Gestão democrática do ensino público

Quanto à gestão democrática, a rede municipal de ensino, por meio de suas unidades, busca a participação dos profissionais da educação na elaboração das propostas pedagógicas das instituições de educação infantil, bem como a participação dos pais e da comunidade nos órgãos e conselhos

escolares. É dada, também, grande ênfase à participação dos pais e professores tanto nos colegiados das creches e pré-escolas quanto nas associações de pais e mestres.

Outro aspecto que merece destaque é que todos os diretores são eleitos pelos profissionais de cada instituição. A preocupação com a participação efetiva dos educadores do município na gestão democrática se faz sentir nas discussões em torno da revisão do Plano de Carreira do Magistério e na elaboração do Plano Municipal de Educação.

INTEGRAÇÃO DE POLÍTICAS MUNICIPAIS E PARCERIAS

A Secretaria Municipal de Educação, em relação à educação infantil, desenvolve suas ações de forma integrada com as Secretarias de Assistência e Saúde e com o Conselho Tutelar.

Com a Secretaria de Assistência é desenvolvido, o Projeto de Geração de Renda para a fabricação de biscoitos e alimentação alternativa que funciona em algumas creches. Com a Secretaria de Saúde, é priorizado o atendimento às crianças das creches nos Centros de Saúde mais próximos.

A Secretaria de Educação de Corumbá estabelece parceria com a Universidade Federal de Aquidauana, onde 20% dos professores estão cursando Pedagogia.

Quanto à formação continuada, o município participa dos Programas do Ministério da Educação: Parâmetros em Ação e do Programa de Formação dos Professores Alfabetizadores - Profa.

Também, são feitas parcerias com a Pastoral da Criança para a pesagem e acompanhamento físico das crianças, bem como na realização de palestras e oficinas para os pais sobre alimentação alternativa/multimistura e, com as empresas locais, para realização de festivais de arte.

A parceria com a comunidade é fortalecida por meio da realização de um evento anual com duração de três dias. Nesse período, são desenvolvidas palestras, oficinas, orientações sobre higiene bucal, alimentação alternativa, informações sobre ofertas de serviços e

funcionamento das instituições, entre outros. O planejamento dessas ações é feito pelos profissionais da instituição, visando atender a demanda local e, geralmente, toda a comunidade próxima participa.

AVANÇOS

- As conquistas alcançadas pela Secretaria Municipal de Educação de Corumbá estão centradas na garantia de um trabalho pedagógico de qualidade para as crianças do município.
- É importante destacar também a opção pela gestão democrática envolvendo a participação da comunidade e da escola nas questões educacionais.
- Houve também investimento nos recursos humanos e materiais para a educação infantil.



Educação infantil em Maracanaú: uma experiência de parceria com a comunidade.

Maracanaú é o maior distrito industrial do Ceará, fazendo parte da Região Metropolitana de Fortaleza, distante apenas 11 KM da Capital, sendo assim, um prolongamento da sua zona periférica. Cresce continuamente com o êxodo rural,



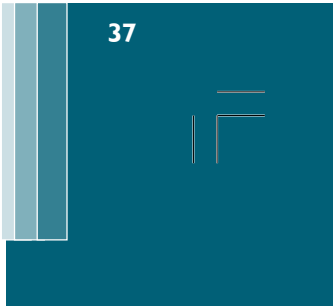
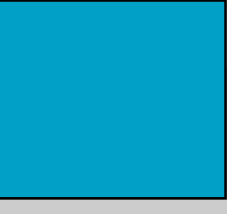
estendendo-se no sentido mar-sertão. Em 1.983, emancipou-se de Maranguape e vive uma experiência nova de construir-se autonomamente como município.

Maracanaú enfrenta os problemas sociais de uma cidade próxima à periferia de uma capital: desemprego, sub-emprego e população com rotatividade no trabalho. Uma das causas dessa problemática é o baixo grau de escolaridade da população, que não atende devidamente as exigências de uma economia essencialmente industrial.

O que merece destaque em Maracanaú é a forte organização político-comunitária, fruto do seu processo histórico, anterior a sua emancipação. Os reflexos dessa organização podem ser constatados na área da educação infantil, onde as associações comunitárias tiveram um papel preponderante na reivindicação da educação, para atender às necessidades prementes das mães trabalhadoras de crianças de 0 a 6 anos de idade.

O município vem, gradativamente, buscando atender a demanda por matrícula nessa faixa etária, já tendo universalizado o atendimento educacional a partir dos 6 anos.

Atualmente, é atendido um total de 11280 crianças na imensa rede comunitária do município. Nas três creches municipais, são atendidas 250,



em período integral, e 74, nas Escolas de Ensino Fundamental, em período parcial. As instituições particulares atendem 2479 crianças. A Secretaria optou por atender todas as crianças na faixa etária de 4 a 6 anos, ficando em descoberto o atendimento à faixa de 6 meses a 4 anos de idade.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

A Prefeitura de Maracanaú, nas duas últimas gestões administrativas, vem priorizando a área educacional. Ao assumir a pasta da educação em 1993, o Secretário deparou-se com uma grave situação na educação infantil, caracterizada por uma imensa rede comunitária, constituída por 180 instituições conveniadas, apenas três instituições municipais e algumas classes de pré-escola nas Escolas de Ensino Fundamental. O problema maior residia no fato de que as instituições comunitárias eram conveniadas diretamente com a Prefeitura Municipal e não mantinham vínculo algum com a Secretaria de Educação.


Frente à emergência de buscar alternativas para a solução gradual dessa grave problemática, algumas prioridades foram traçadas:

1. Levantamento da situação da educação infantil na rede comunitária conveniada.
2. Desenvolvimento de ações educativas.
3. Melhoria e ampliação dos espaços físicos para atender à demanda.
4. Profissionalização e valorização dos recursos humanos da educação infantil.

1. Levantamento da situação da educação infantil na rede comunitária conveniada

O diagnóstico realizado em 1993, identificou situações graves na rede comunitária, como por exemplo, instituições em condições precárias de atendimento, com salas superlotadas e muitas, inclusive, sem banheiro. Uma das primeiras ações da Secretaria foi firmar convênio com as Associações Comunitárias e vincular essa rede à Secretaria de Educação.

Devido à complexidade dessa rede e ao número elevado de instituições em condições insatisfatórias, houve necessidade de uma ação planejada da



Secretaria para a reorganização e reestruturação dos espaços comunitários, com vistas à oferta de educação infantil. É bom salientar que várias delas atendiam alunos das séries iniciais do Ensino Fundamental. Distorção essa que, gradualmente, foi sendo eliminada.

Uma medida inicial e concomitante com o levantamento iniciado em 1993 foi medir os espaços disponíveis para uso educacional. Assim, foi possível estabelecer uma área mínima por criança. Foram, também, definidos critérios para renovação ou assinatura de convênios com a Secretaria.

Os recursos humanos que atuavam na rede comunitária não possuíam formação regular e apresentavam baixa qualificação. A maioria tinha o Ensino Fundamental incompleto.

2. Desenvolvimento das ações educativas.

A partir do levantamento da situação da rede comunitária, a Secretaria de Educação passou por uma reorganização interna para atender as diversas demandas educacionais, dando início a uma ação mais sistemática e continuada na área da educação infantil. Houve grande empenho na preparação da equipe técnica da Secretária para atuar na área pedagógica. Essa equipe conta hoje com 22 pessoas.

Em 1998, foi elaborada a Proposta Curricular de Educação Infantil do município, contendo as diretrizes do trabalho educacional, para a faixa etária de 0 a 6 anos de idade.

Atualmente, os diretores, coordenadores e professores das escolas municipais e da rede comunitária estão em processo de elaboração do Projeto Político das Instituições de Educação Infantil. O Departamento de Educação Básica, por meio do setor de Educação Infantil da Secretaria, organizou sessões de estudos para dar suporte pedagógico ao trabalho.

Percebe-se que os coordenadores e professores da rede comunitária têm dificuldades na construção do projeto pedagógico por dois motivos: o acompanhamento pedagógico, efetuado pela Secretária de Educação é, ainda,

insuficiente e a rotatividade de professores muito grande devido aos baixos salários, o que interfere na capacitação em serviço.

Para as sessões de estudo em torno do projeto pedagógico, foram convidados coordenadores das escolas particulares, o que demonstra que existe uma preocupação da Secretaria em integrar as instituições com vistas à melhoria da qualidade da educação infantil do município.

No segundo semestre de 2002, a equipe da Secretaria ministrou um curso para os profissionais das redes comunitária, particular e municipal, com o objetivo de orientar a elaboração do Regimento Escolar.

Os funcionários (porteiros e merendeiras) são integrados nas ações educativas das instituições municipais participando das sessões de estudo realizadas pela Secretaria. Além do mais, na perspectiva de envolver a família nas ações educativas, uma vez por semana uma mãe passa o dia na escola para vivenciar com as crianças as atividades escolares. Nesse dia, colaboram com a escola desenvolvendo trabalhos escolhidos por elas, em geral, ligados à cozinha, limpeza e preparo de alimentos.

As três instituições municipais que atendem crianças na faixa etária de 6 meses a 6 anos, possuem acompanhamento pedagógico regular com a presença do supervisor na instituição, tendo em vista adequar as propostas teóricas e metodológicas à prática educativa.

Nas visitas realizadas às instituições municipais e comunitárias, foi possível observar uma preocupação com o aspecto pedagógico, evidenciado em vários cartazes expostos contendo orientações sobre educação, em específico, nas municipais. Por outro lado, verificou-se a necessidade de equipar as salas de atividades com maior quantidade de material didático-pedagógico, bem como, brinquedos e equipamentos nas áreas externas.

3. Melhoria e ampliação dos espaços físicos para atender à demanda.

Houve uma considerável melhoria dos espaços físicos da rede comunitária com reformas efetuadas em vários prédios que, gradativamente, passaram a se adequar às necessidades das crianças.

As três instituições da rede municipal têm um tipo único de construção e possuem banheiros ao lado das salas de atividades. Possuem berçários e fraldários anexos, mas em condições simples de funcionamento. As dependências são: refeitório, cozinha, dispensa, sala da direção e pátio. Em todas elas, há uma espécie de “tanquinho”, onde as crianças, uma vez por semana, se molham ao ar livre. A organização de uma das escolas municipais visitadas é muito boa, há muitas árvores e uma pequena horta, que as crianças regam, propiciando, assim contato com a natureza.

A Secretaria de Educação não optou por concentrar as crianças em Centros de Educação Infantil, por considerar que o fato das 180 instituições comunitárias, estarem espalhadas pelos bairros de Maracanaú, facilita o deslocamento das crianças, sem a necessidade de transporte.

Com a extinção da Fundação do Bem Estar do Menor, que atendia à 14 creches, a responsabilidade pela alimentação e material didático passou a ser da Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social (SETAS).

4. Profissionalização e valorização dos recursos humanos da educação infantil.

Hoje, os 511 professores da rede municipal e comunitária possuem formação mínima, nível médio modalidade Magistério e estão se habilitando em Educação Infantil, por meio de uma parceria da Secretaria Municipal com a Estadual e a Universidade Federal do Ceará, o que significa um grande avanço na formação desses profissionais. Atualmente, 10 professores estão cursando o nível superior e 11 já concluíram.

Ainda, persistem problemas de ordem político-partidária na escolha de coordenadores e professores da rede comunitária, mas diminuíram bastante, graças à compreensão dos líderes quanto à importância da qualidade na prática educativa.

Várias sessões de estudos são realizadas com os professores e coordenadores das escolas conveniadas e a equipe de supervisão pedagógica, por meio do Setor de Desenvolvimento Curricular, que realiza acompanhamento

mensal aos 483 professores dessa rede. Por outro lado, os 23 professores das creches municipais contam com supervisão pedagógica sistemática.

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

O Sistema Municipal de Educação de Maracanaú foi criado em 2002, embora o Conselho Municipal funcione desde 1998 e possua uma Câmara de Educação Infantil. A Diretora do Departamento de Educação Básica da Secretaria é a Presidente do Conselho.

O Conselho apresenta uma boa organização e tem recebido visitas de outros municípios do Estado para conhecer o seu funcionamento. Ele é atuante e desenvolve ações de mobilização dos segmentos nele representados. Percebe-se uma integração entre as ações da Secretaria Municipal e do Conselho, que possui autonomia para tomar decisões sem sofrer influências políticas.

O Conselho é constituído por dois representantes de cada segmento, sendo um titular e outro suplente: Secretaria de Educação, Diretores das Escolas Privadas, Diretores das Escolas Públicas do Ensino Fundamental, Professores das Escolas Públicas do Ensino Fundamental, Professores de Educação Infantil, Servidores do Ensino Fundamental, Pais dos Alunos, membros do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente e outras pessoas da Sociedade Civil.

A criação do Conselho Municipal facilitou em muito o trabalho das instituições tanto para elaboração e entrega de documentos quanto para solucionar dúvidas.

A Resolução do Conselho foi elaborada em 2001 e as instituições de educação infantil estão elaborando suas propostas pedagógicas. Este ano, as escolas da



rede comunitária estarão entregando ao CME a documentação legal para credenciamento.

Atualmente, o representante dos pais no Conselho está realizando um trabalho de conscientização da comunidade e discutindo a Resolução n.º 01/2001 -CEI/CME. A participação dos pais nessas questões propriamente educacionais, apesar de ser ainda pequena, está aumentando.

POLÍTICAS INTEGRADAS DE ATENDIMENTO E PARCERIAS

A Secretaria Municipal de Educação, em relação a educação infantil desenvolve ações integradas com a Secretaria da Saúde para atendimento médico e saúde bucal nos postos localizados nas proximidades das instituições.

A Secretaria Municipal estabelece parceria com a Secretaria Estadual e Universidade Federal do Ceará para habilitar os professores de Educação Infantil.

Uma empresa de bebidas auxilia uma creche comunitária e outra faz doações empresa dos biscoitos que não são aprovados pelo controle de qualidade. Considerando a dimensão do parque industrial de Maracanaú, a participação das empresas na área educacional é muito pequena.

AVANÇOS

A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto de Maracanaú realizou diagnóstico de educação infantil, inserido no contexto sócio-econômico do município, buscando a correspondência entre as necessidades da comunidade e a oferta educacional.

Deparando-se com uma enorme rede comunitária, a Secretaria assumiu o desafio de integrá-la ao Sistema de Ensino. Ao lado disso desenvolveu duas ações primordiais:

- Formação inicial e continuada dos professores e coordenadores da rede comunitária.
- Considerável melhoria dos espaços físicos da rede comunitária.

Martinho Campos: na singeleza de um pequeno município, o germe de um projeto audacioso - o sistema regional de ensino.



A pequena cidade de Martinho Campos, fundada pelos portugueses, localiza-se no Vale do São Francisco entre os rios Picão e Lambari. É uma típica cidade mineira que tem suas origens históricas e culturais em torno

de uma capelinha onde foram sendo construídas as primeiras casas. Neste local, foi, depois, construída a Igreja Matriz Colonial de Nossa Senhora da Abadia.

O povoamento da região iniciou-se no século XVIII a partir de uma entrada sertanista e com a extensão das terras vizinhas do município de Pitangui. Essa localidade, aos poucos, tornou-se passagem de comerciantes e tropeiros, procedentes de Formiga, Dolores de Indaiá e Abaeté, levando toucinho e outras mercadorias para serem trocados por tecidos feitos em Martinho Campos.

Hoje, com 12 700 habitantes, a cidade vive da agricultura e da pecuária. Na área de educação infantil, conseguiu universalizar o atendimento, e, atualmente, investe na melhoria da qualidade.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

No início do ano 2000, a situação da educação infantil no Município de Martinho Campos era a seguinte:

→ Existiam 2 creches municipais em estado precário tanto em relação ao atendimento quanto às instalações físicas e materiais pedagógicos para o desenvolvimento das atividades.

→ Uma creche filantrópica apresentando, também, condições deficitárias e sofrendo ingerências políticas.

- Uma escola municipal que atendia crianças de 4 a 6 anos.
- Um Conselho Municipal formado por pessoas que não tinham compreensão muito clara de suas funções.
- Professores sem formação, indicados por políticos e, com forte resistência a trabalhar na Educação Infantil, pois o pagamento era irregular, sem garantias, uma vez que não havia uma fonte específica de recursos.
- Não existia formação continuada dos educadores.
- A preocupação nas creches e pré-escolas era apenas com o cuidado, sem cunho pedagógico.

Em resumo, a situação da educação infantil no município era precária, tanto em relação à rede física, quanto em relação aos recursos humanos, constituindo-se em verdadeiros “depósitos de crianças”, onde a preocupação era apenas com a alimentação e a segurança física.

A nova administração definiu algumas linhas de ação para a política municipal de educação infantil, priorizando:

1. Criação do Sistema e do Conselho de Educação.
2. Construção e reforma dos espaços físicos para um atendimento de qualidade às crianças de 0 a 6 anos.
3. Aquisição de materiais pedagógicos permanentes e de consumo.
4. Profissionalização e valorização do magistério.
5. Integração de políticas municipais de atendimento.

1. Criação do Sistema e do Conselho Regional de Educação

De acordo com as disposições transitórias da LDB/96, as instituições de educação infantil de Martinho Campos passaram a integrar automaticamente o sistema estadual de ensino, uma vez que não havia sido criado um sistema municipal.

Em 2001, após uma avaliação por parte da Secretaria Municipal de Educação quanto às implicações da criação de um Sistema e de um Conselho

Municipal de Educação, verificou-se que, por se tratar de um município de pequeno porte, poderiam estar sujeitos às interferências políticas em função da proximidade do poder político municipal. Assim, a alternativa encontrada para superar essa questão foi a criação de um Conselho Regional de Educação, envolvendo os 19 municípios da micro-região.

Esse Conselho ainda está sendo constituído com a participação dos Secretários de Educação e de pessoas representativas da micro-região. No momento atual, a discussão está centrada na questão da proporcionalidade da representação de cada município.

A intenção é de que sejam membros do Conselho:

- Secretários de Educação.
- Professores representantes de creches e pré-escolas.
- Representantes de escolas particulares, de igrejas, de sindicatos, do Rotary e Lions, de associações de pais, associações de professores do estado e do município.
- Representantes da Companhia Agrícola de Reflorestamento/ Belgo Mineira (CAF).

A proposta é que esse Conselho seja itinerante, sendo sediado a cada ano em um dos municípios que o integram.

2. Construção e reforma dos espaços físicos

O município conta com três Centros de Educação Infantil, sendo dois de responsabilidade da Secretaria e um filantrópico que atendem as crianças de 0 a 6 anos, em período integral. Além disso, as crianças de 4 a 6 anos são atendidas em uma escola municipal, em período parcial.

É atendido um total de 779 crianças na educação infantil que corresponde a quase 100% da demanda existente no município. Os Centros de Educação Infantil da rede municipal atendem 120 crianças de 0 a 3 anos e 580 de 4 a 6 anos. As demais crianças são atendidas em instituições privadas (filantrópicas, confessionais, particulares e comunitárias). Em cada sala de

atividade das turmas de 2 a 6 anos, estão matriculadas 25 crianças e, no berçário, o máximo é de 15 crianças.

Uma ação prioritária da Secretaria foi a reforma de uma das creches que se encontrava em estado precário de funcionamento, colocando em risco as crianças que a freqüentavam.

Hoje, esse espaço, totalmente reformado, constitui o primeiro Centro de Educação Infantil do município. As salas são amplas e arejadas. As que atendem as crianças de 0 a 3 anos têm acesso direto a uma área externa, onde, também, são desenvolvidas atividades e permitem o acesso fácil ao banheiro, fraldário e à lavanderia, facilitando a higiene das crianças e do ambiente.


O outro Centro de Educação Infantil, construído com recursos do governo federal, atende a 80 crianças, o que representa uma expansão do atendimento público. Parte das crianças deste Centro era atendida em uma casa alugada que não apresentava condições para uma ação educativa de qualidade.

Além desses dois Centros, existe um terceiro de natureza filantrópica que funciona por meio de convênios com ONGs internacionais e com a Prefeitura Municipal que remunera os professores e fornece merenda. Recebe, também, outras contribuições das Secretarias da Assistência e da Saúde. Cada um desses Centros conta com uma Coordenadora Pedagógica.

A Escola Municipal, onde funciona também o ensino fundamental, possui 10 salas onde se desenvolve o trabalho com crianças de 4 a 6 anos. A diretora e a supervisora da escola são também responsáveis pela educação infantil.

3- Aquisição de materiais pedagógicos permanentes

Percebe-se uma grande preocupação por parte da Secretaria Municipal de Educação em equipar as instituições de educação infantil do seu sistema com materiais pedagógicos de qualidade que atendam às especificidades das crianças. Assim, a creche, recém inaugurada, está equipada com diferentes



materiais que possibilitam às crianças desenvolverem atividades variadas que atendem a necessidades diversificadas. Desta forma, nas salas da creche e da pré-escola, existem livros de história, jogos pedagógicos, brinquedos para as atividades relacionadas ao “faz-de-conta”, materiais para o desenvolvimento de atividades físicas, entre outros. Destaque-se que as crianças têm livre acesso a esses materiais, sendo orientadas quanto ao seu uso.

No que diz respeito às classes que funcionam na escola municipal, as crianças de 4 a 6 anos têm acesso a um vasto material, também de qualidade, mas com características mais voltadas para a escolarização, provavelmente, pelo fato de as turmas de educação infantil funcionarem dentro de um espaço escolarizado. Por outro lado, o uso deste espaço traz, também, benefícios às crianças pelo uso de novas tecnologias, uma vez que a instituição é equipada com um grande número de computadores com os quais, desde os quatro anos de idade, as crianças estão sendo familiarizadas por meio de atividades significativas.

Percebe-se a intenção da Secretaria em estender a aquisição e o uso dos materiais pedagógicos existentes, tanto na creche quanto na escola municipal, às demais instituições de educação infantil do município.

4- Profissionalização e valorização do magistério

Embora muitas das dificuldades, herdadas historicamente, ainda persistam, percebe-se que há um grande esforço, por parte da Secretaria em relação à profissionalização e valorização dos professores do município. A primeira medida priorizada foi a regularização do pagamento do salário dos professores, seguido de um aumento em sua remuneração.

Outra medida foi a realização de um concurso público que tinha como exigência para seus candidatos a formação determinada pela LDB/96 para os que atuam na educação infantil. Destaque-se que, atualmente, todos os professores do município têm formação em Magistério de nível médio ou superior, excetuando-se três que ainda se encontram em processo de formação inicial e uma das professoras que não tem formação específica, mas que, pela qualidade de sua atuação, está desempenhando função educativa na creche.

Em relação a essa professora, a Secretaria está buscando qualificá-la da mesma forma que as demais.

Há também um investimento na formação continuada dos professores do município. Além dos encontros de estudo e da elaboração das propostas pedagógicas nas instituições, trimestralmente, são realizados encontros de 30 horas que reúnem todos os professores, supervisores e coordenadores pedagógicos de educação infantil, visando a atualização e troca de experiências educativas.

5- Integração de Políticas Municipais de Atendimento

Uma das marcas do atendimento à criança de 0 a 6 anos do município de Martinho Campos é a integração das políticas e das ações de Educação, Saúde e Assistência Social. Todo o trabalho do município junto à criança e suas famílias é planejado e desenvolvido em conjunto pelas diversas secretarias e, para tanto, os recursos financeiros também são comuns. Dessa maneira, as verbas destinadas à assistência e saúde juntam-se aos 10% dos 25% da arrecadação municipal para o desenvolvimento de ações em prol da criança pequena.

Uma das ações que merece ser destacada é o cuidado com a saúde bucal das crianças, inclusive as da zona rural, que são trazidas para a sede do município para prevenção e tratamento dentário.

AVANÇOS

- Formação inicial e continuada e realização de concurso público para o acesso à carreira de professor de educação infantil.
- Criação do Conselho Regional de Educação, experiência inédita em nosso país.
- Acesso à informática pelas crianças de educação infantil.
- Integração de políticas e parcerias entre as diversas secretarias.



Manaus: no encontro das águas, o encontro das culturas, num movimento transdisciplinar.

Manaus, capital do Estado do Amazonas, localiza-se na entrada da selva Amazônica e acolhe uma população de 1.500.000 habitantes.

O nome da cidade é uma homenagem aos seus primeiros habitantes, os índios manaós, que viviam às margens dos rios Negro e Solimões. Era um povo guerreiro que resistiu heróicamente ao domínio do colonizador e à escravidão que lhe foi imposta. No século XVIII, em virtude das guerras entre portugueses e índios, essa tribo foi totalmente dizimada.

No final do século XIX e início do século XX, em decorrência do Ciclo da Borracha, Manaus atraiu milhares de brasileiros e estrangeiros para a região, trazendo, ao mesmo tempo, um grande desenvolvimento econômico e uma significativa alteração no meio sócio cultural e ambiental da região.

A partir de 1967, com a criação da Zona Franca de Manaus, a cidade passa a ser foco de migrações internas, trazendo para a região urbana um grande contingente populacional, vindo do Nordeste. Esse fenômeno social trouxe consigo os problemas típicos dos crescimentos desordenados que transformam o espaço urbano, o meio ambiente e a configuração social da cidade. Algumas das conseqüências do rápido e incontrolável processo de urbanização são sentidas cotidianamente nas escolas e instituições de educação infantil, como por exemplo: o surgimento de grupos marginalizados na periferia, aumento da criminalidade, abusos sexuais, maternidade precoce, uso de drogas, entre outros.



Todos esses aspectos são considerados pela Secretaria como fundamentais para a definição de diretrizes curriculares municipais e para o desenvolvimento das propostas pedagógicas das instituições. Por essa razão, o sistema municipal de educação, optou por investir nos espaços de formação daqueles que são os maiores responsáveis pelo processo educativo, como uma possibilidade de reflexão de seus profissionais sobre essa realidade, buscando alternativas de resgate da cultura e da história, numa abordagem ecológica e transdisciplinar. Nesse sentido, o trabalho do Centro de Formação Permanente Estudo e Pesquisa do Magistério Municipal é norteado “por uma concepção de homem que, amparado pela tradição, possa perceber a si e ao outro como sujeitos dialógicos que fazem parte e interagem com o meio em que vivem”.

SISTEMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

O Conselho Municipal de Manaus (CME) foi criado pela Lei nº 377/96, sancionada em 18/12/1996 e, instalado em 25/07/97. Tem como principais funções:

- estabelecer normas para a educação infantil;
- autorizar e credenciar instituições de educação infantil;
- definir as políticas educacionais do município em relação à construção de escolas, salários de professores, compra de materiais e de livros didáticos;
- discutir e aprovar o Plano Municipal de Educação;
- acompanhar o trabalho das instituições integrantes do sistema municipal em relação à parte pedagógica e fiscalização das instalações físicas;
- analisar o regimento das instituições.

O Conselho é constituído por representantes dos diversos segmentos integrantes do Sistema: Secretaria Municipal e Estadual, Sindicatos dos Professores, Escolas Municipais e Particulares, Associação de Pais, União

Municipal dos Estudantes. No momento, estão sendo feitas reformulações na sua composição para incluir representantes da Universidade e da Promotoria da Infância. Em 1998, o Conselho regulamentou a educação infantil através da Resolução 04/98.

Nos contatos mantidos com o CME, pode-se observar que esse é um Conselho atuante, que não aceita ingerências políticas e que, quando se trata das condições de bem-estar das crianças, toma as providências necessárias, chegando a suspender atividades de instituições que não cumprem as exigências de qualidade.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

No final de 1999, as instituições de educação infantil foram transferidas da Secretaria de Assistência Social do Estado para a Secretaria Municipal de Educação de Manaus. Essa passagem trouxe dificuldades para a Secretaria uma vez que não possuía recursos humanos e financeiros para fazer frente às necessidades demandadas pelo atendimento às crianças de 0 a 6 anos. Destaque-se que o atendimento anterior era precário, sendo realizado em espaços inadequados e, sem uma preocupação com o aspecto pedagógico. Em função dessas dificuldades e tendo em vista a qualidade das ações desenvolvidas, foi priorizado o atendimento à criança de 2 a 6 anos.

Embora a equipe da Secretaria não tenha realizado formalmente um diagnóstico educacional, foi feito um levantamento da situação da Educação Infantil no município. A partir daí, foram efetuadas mudanças visando o desenvolvimento de um projeto educativo para as creches e pré-escolas, centrado nas questões e possibilidades regionais e priorizando a cultura local, sem perder de vista a ampliação do universo cultural das crianças.

O trabalho da Secretaria Municipal de Educação destaca-se, sobretudo, em 2 pontos principais:

1. qualidade dos espaços físicos;
2. ação pedagógica.

1. Qualidade dos espaços físicos

A educação infantil no município é desenvolvida em espaços físicos diversificados e por meio de diferentes modalidades de atendimento. Assim, existem em Manaus:

- Centros de Educação Infantil que atendem crianças de 2 a 6 anos
- Classes de Educação Infantil em escolas de Ensino Fundamental, atendendo prioritariamente crianças de 5 e 6 anos. Essas duas modalidades funcionam tanto na zona urbana quanto na rural, sendo que na zona rural existem dois tipos de instituições de acordo com sua localização: rodoviária e ribeirinha.
- Creches domiciliares localizadas na periferia urbana do município que atendem crianças de 2 a 5 anos.
- Classes multisseriadas, localizadas na região ribeirinha que atendem, no mesmo espaço e com uma mesma professora, crianças de pré-escola e de ensino fundamental.
- Instituições privadas (particulares, filantrópicas, confessionais e comunitárias) que funcionam em diferentes espaços, alguns adequados ao trabalho com essa faixa etária e, outros, improvisados em igrejas e casas, atendendo às crianças de 0 a 6 anos.

Nota-se uma preocupação muito grande por parte da Secretaria em construir, reformar e manter espaços adequados às 29 130 crianças, atendidas pela rede municipal. A infra-estrutura dos 49 Centros de Educação Infantil foi planejada e montada tendo em vista as necessidades das crianças dessa faixa etária, atendidas em período parcial e integral. Dessa forma, os prédios possuem salas amplas, arejadas, em sua maioria com ar condicionado, banheiros e refeitórios apropriados, espaços externos equipados com parques infantis, alguns com recursos para a criança desenvolver sua fantasia como, por exemplo, casa de bonecas.

As classes que funcionam nas escolas de Ensino Fundamental, têm em geral um espaço privativo com equipamentos próprios para esta faixa etária.



As creches domiciliares em 182 núcleos, que atendem a 910 crianças, constituem um espaço onde o trabalho é desenvolvido em parceria com as Secretarias de Educação, Infância, Assistência, Trabalho e Saúde. Funcionam nas casas das mães que atendem, no máximo, 5 crianças e cujo espaço deve ser aprovado pela equipe interinstitucional do projeto.

Também há uma preocupação com os espaços das 250 instituições privadas, uma vez que sua autorização e credenciamento estão vinculados a critérios que privilegiam a qualidade dos espaços físicos.

Em função das distâncias, dos sérios problemas de transporte, bem como, da diversidade e da quantidade de instituições existentes, há uma grande dificuldade da equipe da Secretaria em fiscalizar, supervisionar e acompanhar o trabalho pedagógico nas 1068 turmas de educação infantil.

2. Ação Pedagógica

Na época da promulgação da LDB/96, grande parte dos professores do município ainda não tinha a formação exigida legalmente. Atualmente, todos possuem o curso de magistério e a meta pretendida é que tenham curso superior, uma vez que para participar do concurso público, a formação mínima exigida é a de curso superior com habilitação Magistério.

A Secretaria de Educação de Manaus, visando atingir a meta estabelecida, firmou convênio com a Universidade Federal do Amazonas (Ufam) com o objetivo de formar 2000 professores de ensino fundamental e educação infantil nos diversos cursos oferecidos. Os cursos são realizados no Centro de Formação Permanente do Magistério Municipal, construído a partir de 2000, cujo espaço físico é utilizado tanto para esse curso quanto para os de formação continuada.

Desde a sua concepção, passando pela construção do prédio e pela proposta educativa até seus princípios filosóficos, o Centro foi pensado numa perspectiva holística, ecológica e transdisciplinar, abrangendo aspectos e valores universais bem como o resgate e a valorização da cultura local. Dessa forma, o Centro volta-se para o estudo e a pesquisa educacionais do município de Manaus com a finalidade de evidenciar os valores da humildade, da

solidariedade, da espiritualidade, da cultura, da arte, da estética, do meio ambiente e da cidadania.

O projeto de formação continuada dos professores se desenvolve por meio do Programa Parâmetros em Ação, implementado pelo MEC e pelo Projeto Tapiri. Este último está baseado no Programa de Redimensionamento da Educação Básica do Município de Manaus, cuja proposta curricular para a Educação Infantil foi elaborada a partir de uma análise de conjuntura dos aspectos econômicos, políticos e sociais da cidade de Manaus. Os indicadores apontaram para a existência de crianças em situação de risco, determinada pelas migrações internas, violência urbana, marginalidade e exclusão social.

A proposta curricular mencionada anteriormente está servindo de referência para a construção coletiva dos projetos pedagógicos das instituições de educação infantil. Os reflexos desse conjunto de ações já se fazem sentir na prática educativa dos professores.



Nas visitas realizadas às instituições, pode-se perceber que existe, por parte dos educadores do município, um empenho no desenvolvimento das ações cotidianas, contemplando o “cuidar e o educar”, de uma forma integrada. Os professores planejam, registram e avaliam suas ações com base no Projeto Pedagógico do município. Algumas instituições já possuem suas próprias propostas pedagógicas, outras estão elaborando-as.

As atividades em desenvolvimento nas instituições evidenciam uma relação entre as proposições pedagógicas e a realidade vivenciada pela criança. Exemplo disso foram alguns projetos em desenvolvimento, tais como: “O encontro das águas: encontro da criança com a cultura”, “Nossas raízes caboclas”, “Sou criança”. Da mesma forma, algumas experiências podem ser destacadas como atividades em torno do folclore local, envolvendo músicas e danças da região, histórias, como as do “boto ” que carrega as moças e as das “piranhas’ que já feriram as crianças e seus familiares, entre outras. Tudo isso que vai sendo incorporado ao repertório cultural das instituições.

Para garantir a qualidade dessas ações pedagógicas e o atendimento de 55% da demanda das famílias das crianças de 0 a 6 anos, são utilizados recursos próprios da Prefeitura e os oriundos de Projetos aprovados pelo Ministério da Educação.

INTEGRAÇÃO DE POLÍTICAS MUNICIPAIS E PARCERIAS

Objetivando desenvolver ações que atendam às necessidades das crianças de 0 a 6 anos, a Secretaria de Educação de Manaus, buscou a integração de políticas das diversas Secretarias e o estabelecimento de algumas parcerias.

Exemplos disto são:

- Programa Família Social da Prefeitura com as Secretarias da Infância, Trabalho, da Assistência e da Saúde.
- Postos de Saúde para atendimentos de emergência, prevenção e profilaxia junto às crianças de 0 a 6 anos. Programa Família Social da Prefeitura com as Secretarias da Infância, Trabalho, da Assistência e da Saúde.
- Formação Inicial dos professores com a Universidade Federal do Amazonas.
- Formação Continuada em parceria com o Ministério da Educação por meio do Programa Parâmetros em Ação.
- Conselho Tutelar, tendo como objetivo a defesa dos direitos da criança.

AVANÇOS

Apesar dos grandes desafios enfrentados pela Secretaria Municipal de Manaus no esforço conjugado de integrar as creches aos Sistemas de Ensino e proporcionar um atendimento de qualidade às crianças, conquistas foram alcançadas. São elas, principalmente:

- Qualidade dos espaços físicos.
- Investimentos na formação inicial e continuada dos professores.



III PARTE

Análise de aspectos
significativos dos
Relatos de experiências
dos municípios



As experiências analisadas abaixo, longe de serem ideais, retratam a trajetória percorrida pelos municípios, considerando-se o ponto de partida de cada um deles, as dificuldades enfrentadas, superadas ou não, e as conquistas possíveis.


A análise que se segue incide, primordialmente, sobre as experiências dos municípios anteriormente relatadas. No entanto, também serão utilizadas informações de outros municípios que responderam ao questionário e enviaram documentos. As conquistas realizadas por estes municípios são destacadas na parte final deste trabalho. As categorias de análise utilizadas são aquelas definidas como “critérios de análise”, no item 2 da Metodologia deste estudo, que foram, também, usadas para elaboração dos questionários e serviram como base para observações e entrevistas durante as visitas realizadas nos municípios.

Criação do Sistema Municipal de Educação, Conselho Secretaria de Educação e regulamentação da educação infantil

SISTEMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

A criação de um Sistema de Ensino Municipal, Estadual ou constituído pelas duas instâncias, é condição para a definição da política de educação infantil. É importante destacar que, independentemente da opção feita, a educação infantil é competência do município.


Por Sistema de Ensino, entende-se um conjunto de elementos que coexistem lado a lado, dentro de um mesmo ordenamento, formando um conjunto articulado com objetivos afins. Assim, o Sistemas Municipais são integrados pela rede municipal, constituída pelas escolas e demais instituições



mantidas pelo poder público, pelas instituições privadas (particulares, filantrópicas, comunitárias e confessionais) situadas em seu território, pelo Conselho Municipal de Educação e pela Secretaria Municipal de Educação.

O conselheiro Carlos Roberto Jamil Cury, ao referir-se à opção legal de um estado ou município tornar-se um sistema de ensino, afirma que essa opção está alicerçada na construção de uma gestão democrática, “num ensino público mais aberto à universalização de acesso e permanência, num salto qualitativo mais amplo do direito à educação, visando garantir um ensino que corresponda às necessidades e aspirações dos cidadãos, ampliando os espaços de debate com segmentos mais afetados e interessados nessas iniciativas”.

No Parecer CNE/CEB 30/2000, o mesmo Conselheiro aponta dimensões importantes do conceito de Sistema: “unidade na diversidade, articulação, concepções e finalidades comuns, autonomia, integração e ausência de antinomia, isto é, duas ou mais normas não podem ser incompatíveis entre si”.



A grande maioria dos municípios que servem de referência para esta análise, em consonância com a legislação vigente, já transferiu todas as instituições que atendem crianças de 0 a 6 anos para a área educacional. Verificou-se também, que a opção feita foi pela criação de um Sistema Municipal de Educação.

Entende-se que essa forma de organização é mais favorável a um avanço na educação infantil, na medida em que favorece a agilização do trabalho, a divisão de responsabilidades, diminuindo a burocracia e a dispersão de recursos humanos e materiais.

No entanto, um dos municípios desta amostra optou por organizar um Sistema Regional de Educação, compondo com os 19 municípios da sua micro-região um único Conselho.

O argumento para tal iniciativa deve-se ao fato de que uma parte significativa desses municípios são de pequeno porte e que a proximidade do poder municipal os tornaria mais vulneráveis às interferências políticas. Um dos ganhos dessa forma de organização do sistema, inédita no país, é que engloba a participação de pessoas de diferentes municípios e ligadas à diversos

órgãos e organizações de classes e categorias, o que amplia o conhecimento da realidade e propicia o posicionamento crítico em relação a ela. Além disso, fortalece as lutas e reivindicações dos direitos ao acesso das crianças a uma educação de qualidade. e de sua permanência na instituição.


SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

A Secretaria é o órgão executivo do sistema, que entre outras ações, deve desempenhar um papel político e pedagógico em relação à educação infantil. Para dar conta dessa responsabilidade, precisa criar, ou ampliar, onde já existe, setores ou coordenações de educação infantil. Para que as equipes desses setores possam efetivamente desempenhar seu papel no desenvolvimento da política municipal de educação infantil, é necessário que se criem mecanismos e que sejam disponibilizados recursos humanos com formação adequada para que possam, não apenas inspecionar e fiscalizar as instituições, mas acompanhar sistematicamente o trabalho pedagógico. Essa ação relaciona-se a outra, de fundamental importância, que é a definição de diretrizes para a elaboração das propostas pedagógicas das instituições, visando garantir, no trabalho cotidiano de todas as creches e pré-escolas do município, a “unidade na diversidade”.

Da mesma maneira, essa equipe é responsável por fazer articulações com outros setores da Secretaria, para que as ações previstas possam efetivamente, ser desenvolvidas e, com outros órgãos, fora da mesma para que se garanta a integração das políticas municipais relativas à criança.

Uma outra incumbência importante dessa equipe é o desenvolvimento de ações visando qualificar seus professores, tanto no que se refere à formação continuada, quanto à formação inicial, fazendo articulações com os programas do Ministério de Educação, Universidades, Secretarias Estaduais e outras instituições.

Em todas as Secretarias visitadas, existe um setor de educação infantil constituído por técnicos de nível superior, em geral pedagogos e




psicólogos. Com a passagem das creches da assistência para a educação, em alguns municípios, parte da equipe da Secretaria da Assistência, transferiu-se para a Educação.

Verificou-se que os componentes das equipes de educação infantil nos municípios, de uma maneira geral, são pessoas competentes, altamente comprometidas e com uma vasta história de serviços prestados à educação infantil. No entanto, face à grande demanda de trabalho nessa área, apresentam dificuldades em desenvolver todas as atividades a que se propõem, uma vez que, em todas as Secretarias, o número de integrantes desse setor é sempre insuficiente.

Observou-se que todas as equipes, ao assumirem a tarefa de integrar as instituições de educação aos sistemas de ensino, estabeleceram algumas metas a partir das quais organizaram os trabalhos.

Uma das suas primeiras ações foi a busca do conhecimento da realidade da educação infantil no município. Alguns efetuaram diagnósticos mais elaborados. Um deles inseriu a educação infantil, no contexto sócio-econômico, situando o município em relação ao Estado e a Região Administrativa e efetuou uma correlação entre a educação e outras áreas sociais: assistência, saúde e saneamento. Outro município realizou um diagnóstico da área educacional, envolvendo a participação efetiva dos profissionais da educação e dos pais das crianças. Os demais procederam a levantamentos e estudos mais pontuais, mas que, de qualquer forma, propiciaram o planejamento das ações a serem desenvolvidas na área. Mesmo com esse esforço, é importante ressaltar que, em geral, os dados estatísticos disponíveis nos municípios ainda são escassos e pouco sistematizados.

A partir do conhecimento da realidade, os municípios definiram suas metas prioritárias. Em geral, essas metas dizem respeito à construção e adequação dos espaços físicos, à ação pedagógica visando a integração dos aspectos referentes ao cuidar e educar e à qualificação dos recursos humanos. Além disso, alguns municípios investiram na profissionalização e valorização dos professores, na aquisição de materiais didáticos, no incentivo à participação



dos pais, na integração de políticas municipais de atendimento e na gestão democrática do ensino público.

É importante destacar o papel político desempenhado por essas equipes na articulação com outros setores das Secretarias, sem as quais é impossível avançar na definição e no desenvolvimento de políticas educacionais. Exemplo disso são as articulações internas com os setores de planejamento, obras, financeiro, Ensino Fundamental, dentre outros.

Da mesma maneira, deve ser destacada a importância das articulações externas ou seja, com outros órgãos e instituições, visando a integração de políticas e parcerias tendo em vista a otimização dos recursos e a melhoria da qualidade do atendimento.

Entretanto, o que se verifica é que, em função do volume de trabalho e da centralidade conferida às ações pedagógicas essas articulações acabam por serem secundarizadas, trazendo dificuldades e criando obstáculos para a efetivação de políticas municipais para a infância.

Uma das ações que mais exigem o envolvimento cotidiano das equipes das Secretarias é a fiscalização e supervisão para o credenciamento e autorização de funcionamento das instituições uma vez que a realização desse trabalho demanda deslocamentos, observação no local, discussão, elaboração de relatórios e, para tanto, é necessário pessoal capacitado e disponível.

Além disso, dos profissionais que desenvolvem essas atividades requer-se um perfil específico que envolve discernimento, bom senso e flexibilidade para transitar num terreno onde convivem as tensões entre as exigências impostas pela normatização em busca da qualidade, as necessidades da comunidade e os limites e possibilidades de atendimento por parte das instituições.

Considerando todos os fatores, principalmente, as dificuldades, decorrentes da insuficiência de recursos humanos e financeiros, as Secretarias se vêem diante de um impasse que as obriga optar pela ampliação do atendimento ou a investir na qualidade da educação infantil.

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

O Conselho Municipal de Educação é o órgão normativo do sistema que, em consonância com a legislação federal, tem como função principal fixar resoluções, regulamentando e definindo normas para o credenciamento, autorização e funcionamento das creches e pré-escolas, as quais deverão nortear a realização de supervisão, acompanhamento e fiscalização de todas as instituições pertencentes ao Sistema. Destaque-se que é facultado também ao município vincular-se ao Conselho Estadual ou constituir com ele um único Conselho. Nesses casos, as normas a serem seguidas deverão ser aquelas emanadas do respectivo órgão.

Os conselhos são formados por pessoas, representativas do setor educacional do município, indicadas por seus pares. Contudo, na sua ação mais importante em relação à educação infantil, que é a regulamentação, é indispensável a ampla participação de todos os atores envolvidos, na perspectiva de que, a partir de um abrangente processo de negociação, esta seja representativa dos interesses da comunidades e, sobretudo, que os direitos da criança sejam assegurados.

Nesse sentido, os Fóruns de Educação Infantil como instância da sociedade civil organizada, têm tido, em alguns estados, um papel fundamental na mobilização e aglutinação de amplos setores sociais em torno da defesa dos interesses das crianças. O Fórum, além de um espaço de discussão, com grande liberdade de ação, constitui-se em “lócus” privilegiado de críticas e questionamentos às ações oficiais, altamente positivas para o avanço do trabalho na área.

De maneira geral, nos municípios pesquisados, já foi criado o Conselho Municipal de Educação e a sua atuação tem sido relevante no que diz respeito à regulamentação da educação infantil no município. Além de seu caráter normativo os Conselhos têm, também, uma função consultiva e desenvolvem ações de mobilização, tanto de segmentos representativos, quanto da população em geral.

Em relação à educação infantil, verificou-se que poucos Conselhos criaram uma Câmara específica para tratar da faixa etária de 0 a 6 anos. A ausência desse setor tem gerado, na maioria das vezes, uma indefinição das ações relativas a essa faixa etária, devido à prioridade constitucional do Ensino Fundamental.

Entende-se que uma Câmara de Educação Infantil, dentro dos Conselhos, colocaria em evidência as questões relativas a esse nível de ensino. Pessoas representativas da educação infantil do município, atuando de forma articulada nessa Câmara, dariam maior visibilidade e sustentação a política de educação infantil municipal.


Um fato de singular importância, observado em um dos municípios analisados, é o constante diálogo entre os conselheiros e os gestores públicos, o que facilita a operacionalização das ações desenvolvidas.

REGULAMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Segundo o documento “Subsídios para Credenciamento e Funcionamento de Instituições de Educação Infantil”, volume I, publicado pelo MEC em 1998: “Ao regulamentar a educação infantil, os conselhos de educação deverão considerar, principalmente, a fundamentação legal, o conhecimento da realidade, os direitos da criança e as formas de operacionalização”.

De acordo com o mesmo documento, há que considerar que, a “realidade brasileira tem revelado uma diversidade de procedimentos, orientações e normas para as instituições que atendem a faixa etária de 0 a 6 anos de idade, oriundos de uma multiplicidade de órgãos, instituições e entidades ligadas à educação, saúde, assistência social, segurança, confissões religiosas, sindicatos, empresas, etc.”. Os reflexos dessa diversidade determinaram historicamente, diferentes concepções de criança e de formas de atendimento.

Nesse sentido, um passo significativo para regulamentar a educação infantil no município é o conhecimento prévio da legislação federal relativa à



criança e de suas implicações na elaboração das normas municipais. Posteriormente, se faz necessário realizar diagnósticos que evidenciem a realidade municipal considerando tudo que vem sendo feito pelos órgãos locais que atuam com a criança de zero a seis anos. A interação entre esses órgãos é imprescindível para que haja uma política única de atenção à criança dentro do município.

Quanto ao reconhecimento dos direitos da criança, o novo ordenamento legal trazido pela Constituição Federal, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional reconhece a criança como um cidadão de direitos. Isso quer dizer que, a despeito da história, da origem, da cultura e do meio social em que vivem, estão garantidos direitos inalienáveis e iguais a todas as crianças brasileiras.

Dessa forma, devem ser garantidos a todas elas: o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à dignidade, à cultura, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, e aos meios que as coloquem a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Os direitos acima citados podem ser traduzidos no cotidiano das instituições de educação da criança de 0 a 6 anos pelo atendimento às suas necessidades básicas de sono, alimentação, higiene, saúde, proteção, contato com a natureza, espaço adequado, bem como, o direito de brincar, de ter acesso às produções culturais e ao conhecimento sistematizado.

Parece evidente que a efetivação desses direitos implica em que a regulamentação esteja efetivamente associada à melhoria da qualidade do atendimento, não se restringindo ao cumprimento burocrático de uma determinação legal.

Para que o processo de regulamentação ganhe consistência e legitimidade este deve ser visto como “uma oportunidade de negociação de um pacto de defesa do direito da criança à educação e desse jogo devem resultar soluções de compromisso entre as diferentes partes do sistema de ensino” como nos afirmam Mônica Correia Baptista e Rita de

Cássia Coelho, no Boletim Educação Infantil do Fórum Mineiro de Educação Infantil, março 2000.

Ao se analisar as resoluções fixadas pelos Conselhos Municipais de Educação, constatou-se que a grande maioria reafirma os aspectos da legislação, norteia-se por princípios e trata das finalidades e objetivos da educação infantil, destacando as funções integradas de cuidado e educação, indispensáveis à faixa etária de 0 a 6 anos.

No que diz respeito às normas, a quase totalidade dos documentos privilegia os seguintes aspectos:

- ★ Proposta Pedagógica e Regimento Escolar.
- ★ Espaços, instalações e equipamentos.
- ★ Profissionais: formação, valorização e profissionalização.
- ★ Autorização de funcionamento, credenciamento e supervisão.
- ★ Disposições transitórias.

Verificou-se, entretanto que algumas orientações contidas nas Resoluções são genéricas e vagas, não correspondendo à maneira como estão sendo encaminhadas as ações e políticas municipais em relação às crianças. Pode-se afirmar que a realidade, em alguns casos, supera a normatização.

Em outros casos, constatou-se semelhança entre as deliberações dos Conselhos em municípios que apresentam realidades sócio-econômicas e culturais muito diferenciadas. Pode-se inferir desse fato que foi utilizado um modelo de resolução abstrato, desvinculado da realidade. Essa constatação suscita questionamentos a respeito do processo de elaboração dessas Resoluções. Entende-se que, num processo participativo, as normas estabelecidas devem refletir as necessidades da comunidade em relação à educação infantil e, portanto, devem ser diferenciadas. Um outro questionamento derivado desse fato refere-se a uma concepção de normatização como uma tarefa burocrática a ser cumprida pelo município.



Formação inicial e continuada

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no seu art. 62 define que “a formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior (...) admitida como formação mínima para exercício do magistério na educação infantil (...) a oferecida em nível médio na modalidade Normal”.

Perante a Lei, o profissional de educação infantil deixa de ser monitor, crecheira ou pajem, para ser o professor, com a formação exigida para atuar na primeira etapa da educação básica, que tem como função educar e cuidar. Pela sua natureza e especificidade do trabalho, esse professor diferencia-se dos demais na medida em que sua função é “cuidar e educar” crianças, ajudando-as a se inserir na cultura e a produzir conhecimentos, sendo o mediador desse processo.

No presente estudo, constatou-se que uma das maiores dificuldades para se cumprir as definições legais, no que diz respeito à integração das instituições de educação infantil aos sistemas de ensino, tem sido a formação inicial dos professores. Os diagnósticos realizados pelas Secretarias apontaram que grande número daqueles que atuavam na educação infantil não possuíam nem mesmo a qualificação mínima exigida, ensino médio na modalidade normal.

A partir dessa constatação, grande parte das Secretarias Municipais buscou articulações e parcerias com as Secretarias Estaduais de Educação, uma vez que o ensino médio é de responsabilidade do Estado. Para cumprir plenamente o que estabelece a legislação, os municípios têm buscado parcerias com as universidades, visando a formação inicial em nível superior. Em todos




os cinco municípios pesquisados, verificou-se um avanço da atuação acadêmica na comunidade, em cumprimento à sua função social.

O empenho por parte das Secretarias Municipais tem surtido efeito bastante satisfatório uma vez que a quase totalidade dos professores da rede municipal e até mesmo comunitária dos cinco municípios visitados tem curso superior ou está cursando a Universidade.

Também a formação continuada tem sido alvo de investimentos, por parte dos municípios, em diferentes âmbitos e envolvendo uma grande diversidade de atores. Assim, o MEC tem impulsionado, nos municípios, a formação continuada dos professores, por meio dos Programas Parâmetros em Ação e do Programa de Formação de Professores Alfabetizadores - Profa, desenvolvidos em quase todos os municípios desta amostra.

Os próprios municípios têm buscado estratégias diversificadas para promover a formação continuada dos professores tais como: encontros amplos, envolvendo todos os professores do município, com o objetivo de subsidiar a elaboração das propostas pedagógicas e dos regimentos internos das instituições de educação infantil; seminários envolvendo municípios próximos de uma mesma região; ações planejadas para a realização sistemática de cursos concentrados em um Centro criado com esse objetivo; oficinas e grupos de estudos nas escolas, algumas vezes ampliando sua abrangência com a participação de todos os funcionários da instituição.

Um aspecto que merece destaque nas questões sobre a formação é a importância do processo de construção da identidade do professor de educação infantil nesse momento histórico em que vê reconhecidos alguns de seus direitos. Essa identidade tem se construído na interseção dos aspectos relativos à busca da sua formação, compreendida aqui como inicial e continuada, na construção cotidiana da qualidade de sua prática pedagógica junto às crianças e na luta pelo reconhecimento da valorização profissional do seu trabalho.





Profissionalização dos professores: elaboração do plano de carreira com inclusão dos professores de educação infantil

Existe uma ligação indissociável entre formação inicial e continuada e profissionalização dos recursos humanos que atuam na educação infantil. Tal ligação torna-se mais evidente quando constata-se que, ao adquirir um maior grau de escolaridade, o professor torna-se mais fortalecido para lutar por seus direitos e, da mesma maneira, passa a ser reconhecido como um profissional equiparado aos que atuam em outros níveis.

Contudo, mesmo tendo havido grandes avanços no reconhecimento do profissional de educação infantil, este ainda se encontra em desvantagem em relação aos demais professores do ensino básico.

Considerando-se que a totalidade dos municípios visitados já elaborou seus Planos de Carreira, incluindo todos os professores da rede municipal, pode parecer que a questão da profissionalização já está resolvida. Entretanto, os professores que atuam na rede comunitária, desenvolvendo atividades similares aos da rede pública, tendo a mesma formação e os mesmos compromissos pedagógicos dos demais, possuem salários e demais vantagens diferenciados. Esse fato gera uma série de conflitos e de reivindicações constantes que ocasionam dificuldades nas relações e na rotatividade dos professores, incidindo na qualidade do trabalho pedagógico.

Essa mesma distorção verifica-se na própria rede municipal que, algumas vezes, apresenta salários diferenciados para professores do ensino fundamental e da educação infantil. Exemplo disso ocorre em alguns municípios nos quais os professores do Ensino Fundamental recebem, além do salário que é igual ao dos professores de educação infantil, um adicional que corresponde ao pagamento por horas de planejamento e outras atividades extraclasse.



Essa forma de justo reconhecimento do trabalho de uns, leva à desvalorização do trabalho de outros, no caso o dos professores de educação infantil.

Verificou-se que, em todos os municípios, a forma de ingresso no sistema é por meio de concurso público para o qual, em alguns casos, é exigido curso superior com habilitação em educação infantil. Entretanto, os professores da rede comunitária não usufruem das garantias e vantagens decorrentes dessa forma de ingresso, estando por isso mesmo, ainda, sujeitos às interferências políticas locais.

No tocante aos coordenadores e/ou diretores das instituições de educação infantil, a indicação para o cargo é feita por pessoas da própria Secretaria, da Prefeitura ou por políticos locais. Por outro lado, em um dos municípios desta amostra, cujas metas têm como foco a gestão democrática do ensino público, os diretores são eleitos pela comunidade escolar, o que merece ser destacado como um avanço significativo.

Observou-se que, na indicação do diretor/coordenador, em alguns municípios, a Resolução 01/99 do CNE/CEB no que diz respeito à experiência docente de no mínimo 2 anos, como pré-requisito para a função, não vem sendo considerada.

Elaboração da proposta pedagógica e do regimento interno das instituições de educação infantil



Uma das inovações trazidas para a educação infantil pela LDB e que vem ao encontro das reivindicações dos professores e da comunidade escolar diz respeito a elaboração das propostas pedagógicas pelas instituições com a participação dos docentes. Como diz Vital Didonet, essa é uma “forma de gerir democraticamente a educação pública”.

Para nortear as propostas pedagógicas dos estabelecimentos de ensino o Conselho Nacional de Educação instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil que constituem-se “na doutrina sobre princípios, fundamentos e procedimentos da educação básica do Conselho Nacional de Educação que orientarão as instituições de educação infantil dos Sistemas Brasileiros de Ensino na organização, articulação, desenvolvimento e avaliação de suas propostas pedagógicas”.

O Ministério da Educação, por sua vez, elaborou o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil que vem sendo muito utilizado para a elaboração dessas propostas.

Além das Diretrizes Curriculares Nacionais que obrigatoriamente devem ser seguidas e, em consonância com elas, é fundamental que o município elabore diretrizes municipais que orientem as instituições na construção dos seus projetos pedagógicos.

Ao elaborar a proposta a instituição deve resgatar as raízes da sua história, rever suas concepções e crenças, discutir fundamentos e princípios que alicerçam seu trabalho, retomar objetivos, conteúdos e metodologias e, assim, ir definindo sua identidade coletiva com a participação de todos os envolvidos nesse processo. Para que essa identidade da instituição




represente as aspirações da comunidade na qual ela está inserida, “a heterogeneidade social e a diversidade cultural terão que estar presentes na educação infantil porque esta se levanta do chão que abriga as raízes culturais de cada criança e de cada comunidade”, como afirma Vital Didonet.

Quase a totalidade dos municípios visitados já elaborou as diretrizes curriculares municipais e encontra-se em processo de construção das propostas pedagógicas nas instituições, com a participação dos professores.

Segundo informações fornecidas pelas equipes das Secretarias, as formas de elaboração das propostas buscam contemplar os aspectos acima descritos. No entanto, vale ressaltar que essa tarefa de construção coletiva tem sido extremamente difícil para os professores, quer pelas lacunas de sua formação, que desvinculam teoria e prática, quer pelo uso restrito do diálogo pedagógico, quer pela exiguidade de tempo previsto no calendário escolar para o desenvolvimento dessa atividade, ou ainda, pelo pouco acesso dos professores a um referencial teórico que possa fundamentar este trabalho.

Quanto ao Regimento Interno das instituições, de uma maneira geral, estão em processo de elaboração, com a assessoria da Secretaria Municipal de Educação. Em alguns casos, o Regimento faz parte da proposta pedagógica e está sendo construído simultaneamente.




Desenvolvimento da proposta pedagógica, com ênfase na qualidade das ações educativas dos envolvidos, junto às crianças de 0 a 6 anos

Embora as instituições de Educação Infantil de muitos municípios focados neste trabalho estejam ainda sistematizando suas propostas pedagógicas, “na verdade, já existem propostas em andamento nas instituições que se concretizam na forma como os sujeitos organizam os espaços, os tempos, as crianças, as atividades, bem como na escolha e formação de seus profissionais, no modo como estabelecem relações com as crianças, com as famílias e com a comunidade e nas estratégias utilizadas para resolver seus problemas.

Há um saber-fazer construído, forjado no cotidiano, certamente norteado por crenças e concepções. Em alguns casos, essas fundamentam a construção de uma prática pedagógica coerente, intencional e consistente. Entretanto, na maioria dos casos, essas crenças e valores não são explicitados: imprimem-se nas diversas ações, sem que seus autores tenham consciência delas. As diferentes formas de trabalho se implantam e se cristalizam, em função das necessidades colocadas pelos problemas do dia-a-dia das instituições, sem que sejam discutidas, consensuadas e organizadas num todo coerente, dentro de uma ação sistemática”. (Vitória Faria e Fátima Salles, Revista Criança n.º 35/2001 - MEC/Coedi).

Isso se fez sentir nas visitas a todas as instituições nas quais pode-se perceber que, independentemente de haver uma proposta organizada, a educação infantil, hoje, já possui uma identidade própria com a incorporação das funções de cuidar e educar o que é visivelmente identificado na prática cotidiana dessas instituições. Assim, constata-se que a creche deixou de ser uma espaço restrito às atividades ligadas aos



cuidados, higiene e alimentação e, a pré-escola não é mais uma mera preparação para o Ensino Fundamental..

Nos contatos mantidos com as coordenações e professores das instituições e nas observações do trabalho pedagógico, realizadas nas classes de creche e pré-escola, foi possível constatar que os resultados dos investimentos feitos pelos municípios na formação inicial e continuada dos educadores, já começam a ser percebidos.

Em alguns municípios, no período em que as crianças permanecem nas instituições, predominam as atividades significativas, envolvendo diferentes áreas do conhecimento e o incentivo ao desenvolvimento das múltiplas linguagens da criança, bem como, atividades ligadas ao brincar.


Em alguns municípios estão sendo desenvolvidos projetos de trabalho que aliam os interesses das crianças, ao trabalho intencional da professora e à cultura regional. Essa conjunção de fatores origina um trabalho integrado e transdisciplinar que considera a criança como um todo e que dá sentido às atividades realizadas, demonstrando uma forte conscientização da importância de se defender a cultura local.

No entanto, em outros, o trabalho pedagógico é empobrecido pela ênfase exagerada nas atividades ligadas à alfabetização que, ainda, imprimem à educação infantil um caráter escolarizante.

No que diz respeito aos aspectos relacionados com os cuidados, nota-se uma atenção especial com a limpeza dos ambientes e das crianças, com a diversificação, a qualidade e combinação variada dos alimentos, cuidados com a saúde, segurança e proteção.

Por outro lado, em alguns locais, devido aos escassos recursos financeiros, os ambientes, ainda apresentam condições precárias não favorecendo os cuidados específicos demandados pelas crianças nesta faixa etária.

Quanto à avaliação do desenvolvimento das crianças, diversos municípios possuem fichas de registro preenchidas regularmente pelos professores. Merece destaque especial um dos municípios observados no qual



a equipe de educação infantil, com o objetivo de orientar as instituições no acompanhamento individual das crianças, elaborou com a participação dos professores do município, um instrumental de avaliação abrangendo todos os aspectos do desenvolvimento infantil. Esse instrumental é utilizado pelos professores nas suas observações cotidianas e socializado com as famílias periodicamente. A riqueza desse trabalho consiste no fato de tornar os professores mais atentos às especificidades e diferenças das crianças, possibilitando intervenções mais adequadas e, simultaneamente, envolvendo os pais, enquanto parceiros, na educação das crianças.

A maioria dos professores com os quais se teve contato conhecem e utilizam o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, demonstrando ter uma compreensão do conteúdo e finalidade desse documento e buscando adequá-lo à realidade local. Entretanto, em alguns municípios, ao invés, de ser utilizado como referência, ele é visto como o único material norteador das suas ações pedagógicas. Dessa maneira, ele deixa de cumprir a sua função primordial que é a de ampliar o conhecimento do professor, levando-o a descobrir outras fontes para a sua formação.

As ações pedagógicas nas creches e pré-escolas, em alguns casos, têm um acompanhamento sistemático efetuado pela equipe da Secretaria que regularmente visita as salas, observando as atividades desenvolvidas, discutindo e subsidiando os professores tendo em vista o aprimoramento do seu trabalho. Em outros, sobretudo na rede comunitária, apesar de todo o esforço por parte das equipes das Secretarias, o acompanhamento fica prejudicado por ser menos intenso e com orientações pontuais, assumindo um caráter mais fiscalizador.

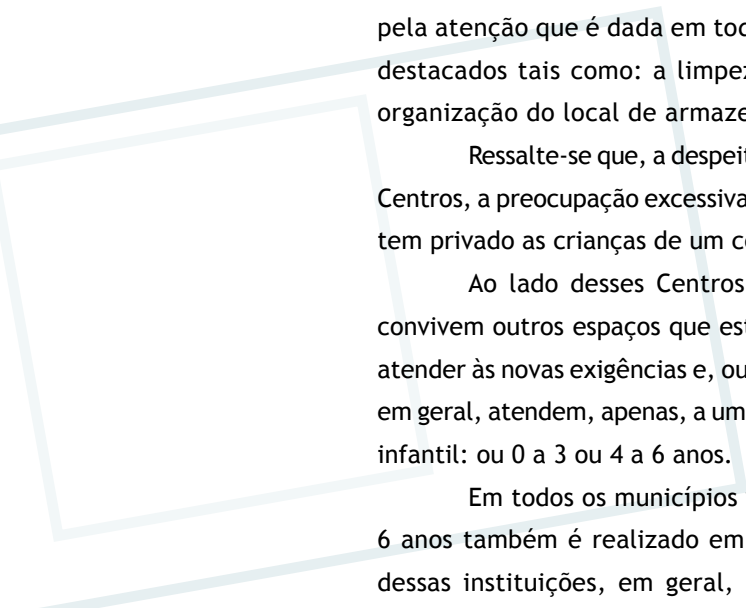
Criação de espaços e recursos materiais próprios para o atendimento às crianças de 0 a 6 anos

As novas funções assumidas pela educação infantil, decorrentes do reconhecimento legal do seu caráter educacional, determinam mudanças nas concepções dos espaços físicos das instituições que exigem adequação às suas proposições pedagógicas.

Anna Lia Gallardini diz que o espaço de um serviço voltado para as crianças “traduz a cultura da infância, a imagem da criança, dos adultos que o organizaram; é uma poderosa mensagem do projeto educativo concebido para aquele grupo de crianças” e Madalena Freire complementa essa idéia afirmando que a “organização do espaço retrata a relação pedagógica” que se estabelece na instituição. Essa idéia foi incorporada por muitos Sistemas de Ensino e expressa nas Resoluções analisadas e colocadas na prática de alguns municípios.

Embora os espaços físicos das instituições ainda não estejam totalmente adequados ao atendimento das crianças de 0 a 6 anos, percebeu-se que foram feitos grandes investimentos para a reorganização da rede física, por meio de construção, reforma e manutenção dos prédios destinados ao trabalho pedagógico com as crianças.

No que se refere a construções de novos prédios, grande parte dos municípios já contam com Centros de Educação Infantil, edificadas com a finalidade de atender crianças de 0 a 6 anos. Para tanto, essas construções foram planejadas e, em alguns casos, até pensadas conjuntamente por arquitetos e pedagogos. Isso confere a esses locais versatilidade e flexibilidade em relação ao seu uso.



Nesses Centros, em geral, existem uma área interna com salas de atividades de bom tamanho e iluminação e ventilação adequadas. Dentro deles, os ambientes destinados ao berçário são providos de equipamentos próprios para o atendimento às necessidades dessas crianças, tais como: berços, fraldários, banheiros, áreas externas contíguas às salas de atividades, possibilitando fácil acesso a elas. Os espaços destinados ao uso das crianças maiores, também, apresentam funcionalidade, higiene, conforto e, sobretudo a possibilidade do desenvolvimento de atividades pedagógicas tanto nas próprias salas ocupadas pelos grupos de crianças como nas brinquedotecas, parques, casinha de bonecas para atividades de faz-de-conta, dentre outros. Alguns aspectos dos espaços de uso coletivo, pela atenção que é dada em todos os municípios da amostra, merecem ser destacados tais como: a limpeza do refeitório, a higiene da cozinha e a organização do local de armazenamento dos alimentos.

Ressalte-se que, a despeito das excelentes condições da maioria desses Centros, a preocupação excessiva com a higiene e segurança, em alguns locais, tem privado as crianças de um contato mais próximo com a natureza.

Ao lado desses Centros, que, ainda são em número insuficiente, convivem outros espaços que estão sendo progressivamente adaptados para atender às novas exigências e, outros que são inadequados. Essas instituições, em geral, atendem, apenas, a uma das faixas etárias constituintes da educação infantil: ou 0 a 3 ou 4 a 6 anos.

Em todos os municípios visitados, o atendimento às crianças de 4 a 6 anos também é realizado em escolas de Ensino Fundamental. O espaço dessas instituições, em geral, por ser projetado para o atendimento de crianças maiores, mesmo com adaptações realizadas, mostra-se inadequado para os menores.

Vale ressaltar, também, que além da funcionalidade dos espaços para o atendimento às necessidades básicas da criança, as instituições de educação infantil de alguns municípios demonstram na aparência dos espaços internos e externos o cuidado com a beleza e a estética do ambiente. Esse fato, que

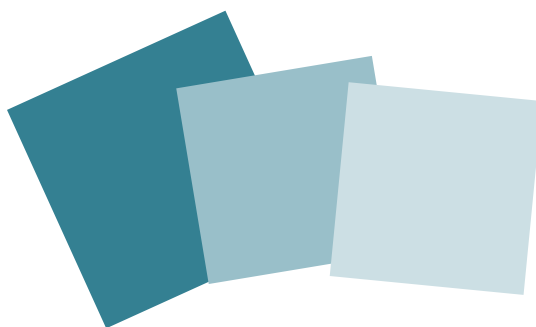


pode parecer supérfluo, na realidade, constitui-se, em uma forma de valorização e respeito pelas crianças e pelas comunidades nas quais as creches e pré-escolas estão inseridas e, denotam o valor que o município dá a esse nível de ensino. Nas visitas, pode-se perceber o orgulho de algumas crianças e de suas famílias em relação ao espaço que freqüentam cotidianamente.

Essa questão ganha maior relevância quando se considera que os usuários desses espaços, muitas vezes, não possuem nem mesmo as condições básicas de infra-estrutura nos seus locais de moradia.

Da mesma maneira que os espaços físicos nos dizem do trabalho pedagógico desenvolvido nas instituições, a escolha dos recursos materiais para as atividades e, a possibilidade de acesso a eles pelas crianças, revelam as concepções que encontram-se subjacentes a essas ações.

Pode-se, assim, observar que nas instituições de alguns municípios, o material pedagógico existente é bastante variado, de boa qualidade e em quantidade suficiente para todas as crianças. Por outro lado, também, ocorre que, por dificuldades financeiras, algumas Secretarias, ainda, não se encontram em condições de equipar as instituições de forma a atender às necessidades das crianças e das atividades propostas pelas professoras.



Integração de políticas municipais e parcerias

A necessidade de um atendimento integrado às crianças de 0 a 6 anos, tem levado, ainda que de forma incipiente, o poder público a buscar alternativas para a criação e o fortalecimento de políticas integradas, envolvendo órgãos e instituições governamentais e não-governamentais. Contudo, percebe-se ainda na área educacional e, sobretudo, na educação infantil, uma justaposição de ações, que leva à dispersão de recursos humanos e financeiros no atendimento à criança.

Essa realidade historicamente vem sendo questionada e a importância de se juntar esforços na perspectiva de atender a criança de forma integral e globalizada vem sendo reconhecida. No entanto, inúmeras são as dificuldades e os entraves burocráticos para a concretização dessa política.

Mesmo na esfera municipal, onde, sabidamente, essas articulações são mais fáceis, dada a proximidade entre os diversos órgãos e atores sociais, pode-se perceber nos municípios que, integrar políticas é uma tarefa árdua e que demanda disponibilidade de tempo, habilidade de negociação e disposição para a prática democrática.

Nos municípios, a integração de políticas para a infância, quando ocorre, limita-se a uma frágil articulação entre duas ou mais Secretarias, em geral, Educação, Saúde, Assistência e Justiça.

Em relação às parcerias, no universo estudado, constatou-se que o grande avanço deu-se entre as Secretarias Municipais e Estaduais de Educação e com as Universidades, tendo em vista a formação inicial e continuada dos professores, conforme já foi explicitado em outros momentos neste trabalho.



As evidências nos mostram que existe um caminho aberto e a consciência da necessidade de integrar políticas e estabelecer parcerias, mas essas possibilidades, ainda, têm sido pouco exploradas.

Exemplo disso é a quase inexistência de parcerias com as empresas, mesmo em regiões essencialmente industriais, nas quais as crianças que freqüentam a Educação Infantil são filhos de trabalhadores das fábricas próximas às instituições.

Um avanço que merece destaque, em alguns locais, é a parceria na educação das crianças que vem sendo fortalecida entre a escola e a família, com o envolvimento dos pais nas atividades escolares.






IV PARTE

Considerações finais






Ao finalizar esse estudo que buscou resgatar as experiências de alguns municípios, a Coordenação Geral de Educação Infantil do Ministério da Educação, espera ter fornecido elementos de comparação e análise àqueles municípios que se encontram em um processo inicial de integração das instituições aos Sistemas de Ensino. Não se buscou apresentar modelos ideais e acabados, mas sim a situação real dos Sistemas de Ensino com todos os seus limites, dificuldades e, também, com suas conquistas.

Essa última parte do trabalho, pelo próprio caráter de inacabamento das ações educativas junto às crianças, não pretende apresentar uma conclusão ou fechamento, mas trazer para reflexão algumas questões suscitadas pelo conhecimento que o contato com as experiências relatadas possibilitou.

Da mesma forma, considera-se de fundamental importância evidenciar alguns aspectos significativos detectados por meio da análise dos questionários respondidos, da documentação encaminhada e dos contatos com as equipes das Secretarias e Conselhos e das observações nas instituições. Destaque-se que, os dados aqui apresentados, mesmo tendo sido coletados no universo limitado de cinco municípios, são bastante representativos da realidade da integração das creches aos sistemas de ensino no Brasil, uma vez que o estudo envolveu municípios de diferentes portes, com características sócio - econômicas diferenciadas, localizados em todas as regiões brasileiras.

Essas reflexões, questionamentos e destaques partem de uma constatação mais geral, qual seja, a de que nos municípios analisados, as instituições de educação infantil irreversivelmente se tornaram integrantes dos Sistemas de Ensino e se constituem hoje em espaços de cuidado e educação, organizados e planejados para atender crianças de zero a seis anos. Essas instituições, por serem também cultural, histórica e socialmente constituídas, nos últimos anos modificaram suas funções. No momento atual, em nosso País, ela é reconhecida, nos documentos oficiais, pela sociedade em geral, e até mesmo pelo senso comum, como necessária à formação das crianças. Sabemos que esse reconhecimento não ocorreu graciosamente. Ele foi fruto de conquistas em âmbitos diversos, e da conjugação de esforços de diferentes



instâncias: movimentos sociais organizados, práticas inovadoras de professores, produção de conhecimento sobre a criança e políticas públicas.

Portanto, deve-se reconhecer que o pano de fundo dessas conquistas são as profundas transformações pelas quais têm passado a sociedade brasileira nos últimos anos. Essa visão otimista não pode obscurecer as grandes dificuldades que ainda necessitam ser enfrentadas e superadas para que as crianças brasileiras possam desfrutar na sua plenitude dos direitos que foram conquistados na legislação mais atual.

A maior dificuldade enfrentada por todos os municípios é a insuficiência de recursos financeiros para fazer frente à multiplicidade de ações demandadas pela educação infantil. Esse fato tem pressionado os municípios a priorizarem o atendimento às crianças de 4 a 6 anos, em detrimento do atendimento àquelas de 0 a 3 anos por duas razões: em primeiro lugar pelo fato de que o trabalho com crianças maiores é menos dispendioso do que aquele desenvolvido com os menores e, em segundo lugar, possibilita a continuidade da escolarização da criança no Ensino Fundamental. Além disso, as questões relativas ao financiamento têm levado os municípios ao impasse, já mencionado, de ter que optar pela qualidade ou pela expansão do atendimento.

Outra questão que, em alguns momentos, tem dificultado a definição de políticas é a ausência ou imprecisão de dados estatísticos em relação à demanda e ao número de instituições existentes nos municípios, mesmo depois da inclusão da sua maioria no Censo Escolar realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - Inep do Sistema. Considerando que muitas creches ainda não foram credenciadas pelo sistema educacional, imagina-se que ainda haja instituições que não estão incluídas nesse Censo, mesmo que o credenciamento não seja um critério par inclusão nos dados estatísticos.

Em relação à profissionalização dos recursos humanos, uma questão que necessita ser discutida e enfrentada é a que se refere à figura do auxiliar que recebe denominações diversas e remunerações diferenciadas, mas que, embora fazendo o papel de um professor, não é aquele profissional com formação e direitos previstos na legislação.

A convivência de duas redes - a municipal e a conveniada - com profissionais, salários e direitos diferenciados, com formas de acompanhamento e supervisão distintas e com infra-estrutura e condições de trabalho desiguais, dentro de um mesmo sistema, constitui um grande problema a ser superado pelos municípios.

Finalizando estas considerações, é importante destacar aspectos relevantes observados na leitura e análise dos questionários e documentos encaminhados pelos municípios que, pelos limites dessa publicação, não tiveram suas experiências aqui relatadas e analisadas. Destacam-se:

- ★ O grande investimento na formação inicial e/ou continuada dos professores de educação infantil, quer por meio de convênios com o MEC, quer com parcerias com as Universidades e Secretarias Estaduais de Educação, feito pelos municípios de: Belo Horizonte-MG, Valença-RJ, Cachoeiro do Itapemirim-ES, Timon-MA, São Bernardo do Campo-SP, Mosoró-RN, Três Lagoas-MS e Campina Grande e Cajazeiras-PB.
- ★ O conteúdo e a riqueza do processo participativo de elaboração das Resoluções de Florianópolis-SC e Belo Horizonte-MG.
- ★ A elaboração das propostas pedagógicas das instituições, com a participação dos professores dos municípios de São José do Rio Preto e São Bernardo do Campo no Estado de São Paulo, e de Caarapó-MS, com a participação da comunidade local.
- ★ As diretrizes curriculares municipais de Maceió em Alagoas e Campo Bom no Rio Grande do Sul que orientam o trabalho do professor, sendo referência para a elaboração das propostas pedagógicas das instituições.
- ★ A avaliação da qualidade do atendimento oferecido em creches e pré-escolas pelo município de Carazinho no Rio Grande do Sul, elaborado com a participação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- ★ A elaboração de instrumentos para avaliar o desenvolvimento das crianças pelos municípios de Mossoró no Rio Grande do Norte e Maceió em Alagoas.
- ★ O trabalho desenvolvido com os pais, buscando a integração da família com a comunidade escolar em Campo Bom-RS.
- ★ A definição de uma política mais ampla de educação infantil, envolvendo a ampliação do atendimento e a busca da melhoria da qualidade em Caarapó-MS.



V PARTE

Referências Bibliográficas



||
—

||
—

—
||

—
||

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n.º 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

_____. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei n.º 8.069/90, de 13 de julho de 1990. São Paulo: CBIA - SP, 1991.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Departamento de Políticas Educacionais. Coordenação Geral de Educação Infantil. Proposta Pedagógica e Currículo de Educação Infantil: um diagnóstico e a construção de uma metodologia de análise. Brasília: MEC/SEF/DPEF/Coedi, 1996.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Departamento de Políticas Educacionais. Coordenação Geral de Educação Infantil. Critérios para um Atendimento em Creches e Pré-Escolas que Respeite os Direitos Fundamentais das Crianças. Brasília: MEC/SEF/DPEF/Coedi, 1995.

_____. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, 1998.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Departamento de Política da Educação Fundamental. Coordenação Geral de Educação Infantil. Subsídios para Credenciamento e Funcionamento de Instituições de Educação Infantil, v. I e II. Brasília, 1998

DIDONET, Vital. A LDB e a Política de Educação Infantil, Palestra proferida no Fórum da Fundação Carlos Chagas na SBPC, 1997.

MINAS GERAIS. Fórum Mineiro de Educação Infantil. Boletim EI/Educação Infantil. Belo Horizonte, 1999/2001.

SALLES, Fátima e FARIA, Vitória. A construção de uma proposta pedagógica. IN: Revista Criança nº35. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Departamento de Política da Educação Fundamental. Coordenação Geral de Educação Infantil. Brasília, dez. 2001.

||
—

||
—

—
||

—
||



ANEXO





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL
DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL
COORDENAÇÃO GERAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL

**QUESTIONÁRIO PARA SONDAAGEM DE INFORMAÇÕES SOBRE A INTEGRAÇÃO
DAS CRECHES AOS SISTEMAS MUNICIPAIS DE ENSINO**

OBSERVAÇÕES:

- 1- Este questionário é uma sondagem inicial que poderá ser complementada com outras informações.
- 2- Por gentileza, preencha todos os campos.
- 3- Caso o espaço seja insuficiente para as respostas, pode ser utilizado o verso da folha ou anexadas outras.
- 4- Podem ser anexados também documentos, fotografias e fitas de vídeo que possam esclarecer melhor as informações fornecidas.

Nome do município: _____

População do município: _____

Nome do informante: _____

Cargo ocupado pelo informante: _____

O município atende a crianças de 0 a 3 anos?

Sim

Não

Quantas?

Em que tipo de instituição?

O município atende a crianças de 4 a 6 anos?

Sim

Não

Quantas?

Em que tipo de instituição?

O município já organizou o seu Sistema Municipal de Ensino?

Sim Não

As instituições públicas que atendem as crianças de 0 a 3 anos fazem parte do Sistema Municipal de Ensino?

Sim Não

As instituições públicas que atendem as crianças de 4 a 6 anos fazem parte do Sistema Municipal de Ensino?

Sim Não

As instituições privadas (particulares, filantrópicas, confessionais e outras) foram credenciadas pelo Sistema Municipal de Ensino?

Sim Não

Existiam creches municipais vinculadas a assistência ou desenvolvimento social que foram integradas à educação?

Sim Não

Existe na secretaria/órgão municipal de educação um setor de educação infantil?

Sim Não

Quais as atividades deste setor?

O município já criou o seu Conselho Municipal de Educação?

Sim Não

O Conselho Municipal de Educação já elaborou as normas para a educação infantil do município?

Sim Não

2

Que outras ações estão sendo desenvolvidas pelo Conselho Municipal de Educação no sentido de regulamentar a autorização e funcionamento das instituições de educação infantil do município?

Existe integração ou algum tipo de articulação entre as ações desenvolvidas pela secretaria/órgão municipal de educação e as secretarias/órgãos de assistência/desenvolvimento social, saúde, trabalho, justiça, no que se refere às crianças?

Sim Não

Qual a formação exigida do profissional que atua junto às crianças de 0 a 3 anos?

Qual a formação exigida do profissional que atua junto às crianças de 4 a 6 anos?

Qual a forma de ingresso na educação infantil dos profissionais que atuam nas creches e pré-escolas?

O município já elaborou o seu plano de carreira do magistério?

Sim Não

Os professores de educação infantil fazem parte deste plano de carreira?

Sim Não

As instituições de educação infantil do município possuem propostas pedagógicas?

Sim Não

3

Quem elaborou?

Como foi (ou está sendo) o processo de elaboração das propostas pedagógicas das instituições (creches e pré-escolas)?

As instituições de educação infantil possuem regimento escolar?

Sim

Não

Como foi elaborado?

Foram feitas melhorias nos espaços físicos das instituições tendo em vista um melhor atendimento às crianças?

Sim

Não

Que investimentos vem sendo feitos na formação inicial/regular dos professores de creche que ainda não possuem a habilitação exigida pela legislação?

Que investimentos vem sendo feitos na formação continuada em serviço dos professores que atuam na educação infantil (em creches e pré-escolas)?

Que tipo de parcerias tem sido feitas para o desenvolvimento de ações relacionadas às crianças de 0 a 6 anos?

4

Que fontes de financiamento estão sendo utilizadas na educação infantil?

Liste as principais dificuldades e as soluções que foram encontradas por seu município neste processo de integração das creches ao sistema educacional?

Que dificuldades ainda persistem?

Outras informações:

Ministério da Educação/SEF/DPEF
Coordenação Geral de Educação Infantil
Esplanada dos Ministérios Bloco "L" 6º andar – Sala 637 – Edifício Sede
70.047-900 – Brasília/DF
E-mail: coedi-sef@mec.gov.br
Fones: (0xx61) 410-8645 e 410-8640
Fax: (0xx61) 410-9276 e 410-9274

5





||
—

||
—

—
||

—
||



Secretaria de
Educação Fundamental

Ministério
da Educação



Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)